



Bial

Keeping life
in mind.

RELATÓRIO & CONTAS 2020



MISSÃO, VISÃO & VALORES | 5

RECURSOS HUMANOS | 6

BIAL NO MUNDO | 7

INDICADORES CHAVE | 8

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL | 9

2. ESTRATÉGIA DE BIAL | 12

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA | 21

4. QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE & IDI | 23

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 25

6. PERSPETIVAS PARA 2021 | 26

7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2020.12.31 | 28

8. RESULTADOS DO EXERCÍCIO | 31

9. ANEXOS | 33

I. BALANÇO ANALÍTICO | 34

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS | 37

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 38

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 39

V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS | 41

1. Introdução | 41

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 41

3. Principais políticas contabilísticas | 42

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 69

5. Fluxos de Caixa | 69

6. Imposto sobre lucros | 69

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos) | 72

8. Imparidades (ativos correntes) | 77

9. Outros créditos a receber | 78

10. Clientes | 78

11. Estado e outros entes públicos | 80

12. Diferimentos e acréscimos | 81

13. Financiamentos obtidos | 81

14. Fornecedores | 83

15. Outras dívidas a pagar | 83

16. Capital Subscrito | 83

17. Vendas e serviços prestados | 84

18. Subsídios à exploração | 84

19. Demonstração da variação da produção | 85

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 85

21. Fornecimentos e serviços externos | 86

22. Gastos com o pessoal | 86

23. Outros rendimentos | 87

24. Outros gastos | 87

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões | 89

26. Juros e rendimentos/gastos similares | 90

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II) | 90

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 90

29. Saldos e transações com empresas do grupo | 91

30. Locações | 93

31. Risco Financeiro | 93

32. Qualidade e Ambiente | 95

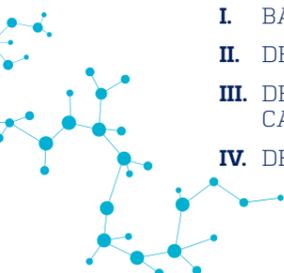
33. Garantias prestadas | 97

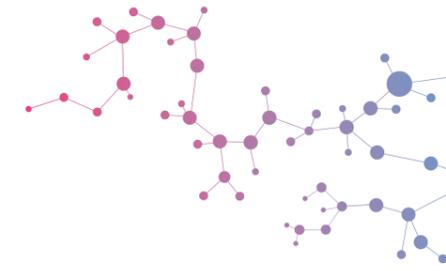
34. Acontecimentos após a data do balanço | 97

35. Divulgações exigidas por diplomas legais | 97

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 99

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 103





MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

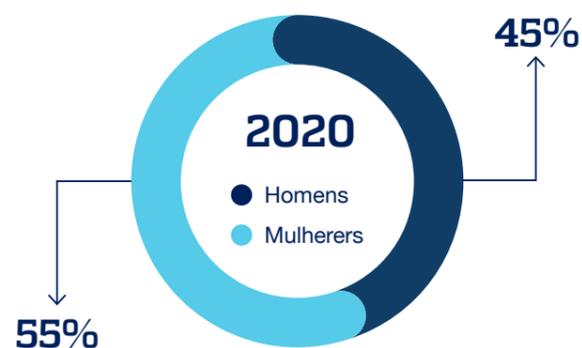
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

Bial
Keeping life
in mind.

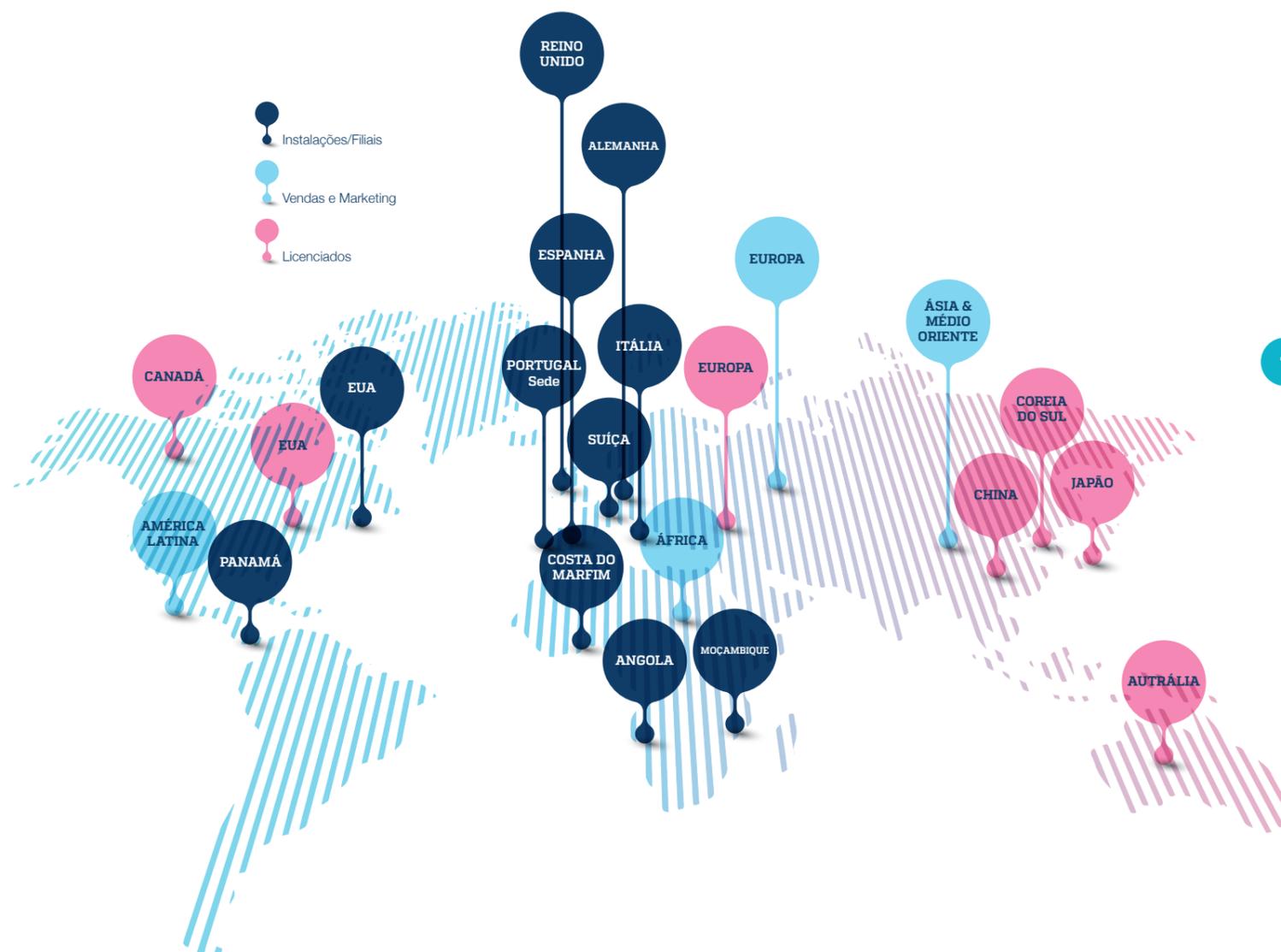
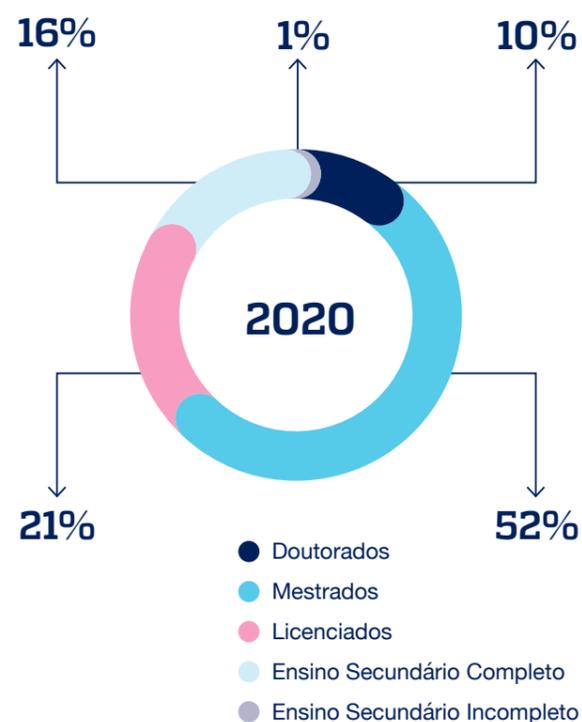
RECURSOS HUMANOS

BIAL NO MUNDO

Distribuição por género



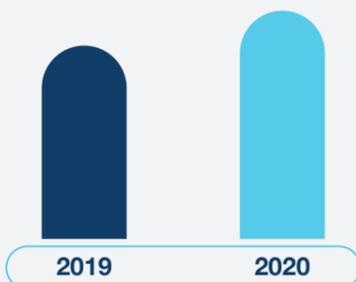
Habilitações literárias



INDICADORES CHAVE

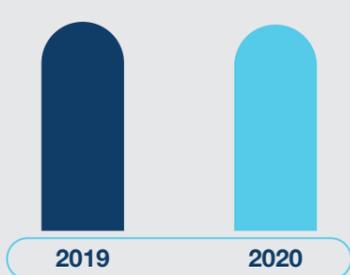
Volume de Negócios

205 M€ 242 M€



Investimento em I&D

45,1 M€ 44,5 M€



Recursos Humanos Grupo

438 | 868

GRUPO
colaboradores



Internacionalização

73%
GRUPO
vendas fora de Portugal



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

Certificações

- ISO 9001:2015
- ISO 14001:2015
- ISO 45001:2018
- NP 4457:2007

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL

BIAL - Portela & C^a, S.A. tem como atividades principais a investigação e o desenvolvimento de novos medicamentos, a par da produção, comercialização e promoção de medicamentos de patente própria e sob licença de empresas farmacêuticas internacionais, quer para o mercado internacional, quer para o mercado nacional.

BIAL - Portela & C^a, S.A. é a principal empresa do Grupo BIAL, nomeadamente em volume de negócios, ativos, e número de colaboradores, sendo detida a 100% pela BIAL Holding, S.A. O volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A., em 2020, representou 73% da faturação consolidada do Grupo e nela trabalham 51% dos seus colaboradores.

Em 2020 o volume de negócios cresceu 18%, não obstante as diversas limitações decorrentes dos efeitos da pandemia Covid-19, que condicionaram a atividade de BIAL - Portela CA, S.A. quer em Portugal, quer nos mercados internacionais. Houve uma redução significativa do número de consultas médicas, em especial as presenciais, nos diversos países em que são comercializados os medicamentos vendidos pela empresa, assim como fortes condicionantes operacionais, especialmente nos mercados emergentes, a par de uma crise económica generalizada. No entanto, foi possível cumprir com alguns dos objetivos mais relevantes previstos para 2020, de que se salienta a aprovação do medicamento de investigação BIAL para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, nos EUA pela FDA (Food and Drugs Administration), e no Japão pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Devices Agency), o que permitiu o seu lançamento comercial em ambos os países ainda em 2020.

O volume de negócios foi de € 241'509'570 (+18% face 2019), dos quais € 193'646'970 correspondem a vendas (+16% face 2019) e € 47'862'600 a serviços

prestados (+25% face 2019). O crescimento significativo das vendas resultou novamente da forte dinâmica das exportações, que atingiram os € 130M, +26% do que em 2019, e da prestação de serviços ao exterior, € 37M, +21% face a 2019. BIAL - Portela & C^a, S.A. é uma das principais empresas exportadoras de Portugal, e as suas exportações são baseadas em medicamentos de investigação própria de elevado valor acrescentado nacional. Nas suas exportações, destacam-se o Zebinix\Aptiom e o Ongentys que, em conjunto, representaram € 107M. Essas exportações são realizadas fundamentalmente para países da União Europeia, EUA e Reino Unido, o que demonstra a mais valia terapêutica que esses dois medicamentos de investigação BIAL têm para os doentes com epilepsia e doença de Parkinson. Este perfil de vendas é o resultado de uma estratégia de longo prazo baseada na I&D, com a finalidade de descobrir medicamentos inovadores próprios, que tragam valor acrescentado terapêutico inequívoco aos pacientes. O sucesso obtido com a descoberta dos novos medicamentos, reconhecidos pela classe médica a nível internacional, permite um crescimento sustentado a prazo nos principais mercados farmacêuticos mundiais, reduzindo progressivamente o peso do mercado português. No mercado interno, a faturação foi de € 74,3M (+5% a.a.), representando 31% da faturação da empresa.

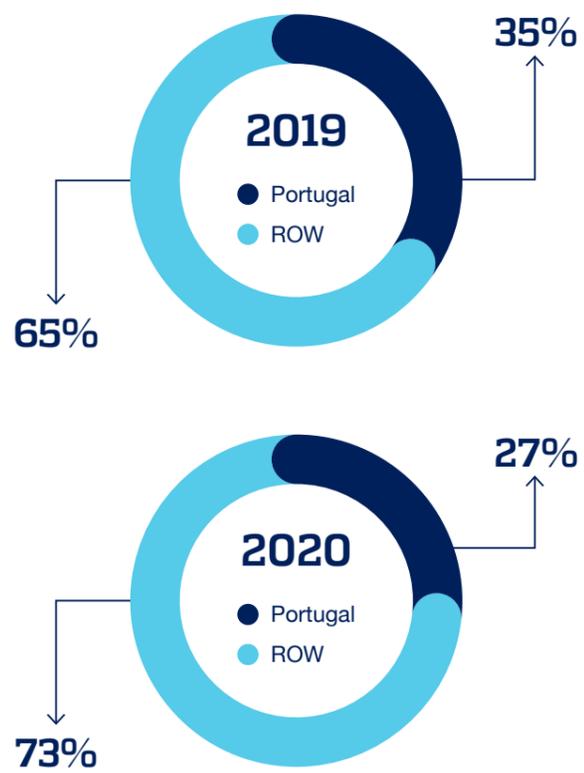
A prestação de serviços ao exterior, como referido, foi de € 37M, + 21% face a 2019, e resultou fundamentalmente de "milestones" previstos nos contratos de licenciamento dos produtos de investigação BIAL.

Em 2020, o valor recebido decorre principalmente dos contratos de licenciamento com a Neurocrine Biosciences, relativo ao licenciamento para os EUA e Canadá do Ongentys, do qual foi recebido um novo “milestone” de USD 20M relativo à sua aprovação pela FDA, e do contrato assinado com a ONO, relativo ao licenciamento para o Japão do Ongentys, de que foi recebido um novo “milestone” de € 7.7M decorrente da sua aprovação pela PMDA. A prestação de serviços no mercado nacional foi de € 11M, +45% do que no ano anterior, em resultado dos serviços promocionais em Portugal relativos a alguns medicamentos licenciados a companhias farmacêuticas internacionais.

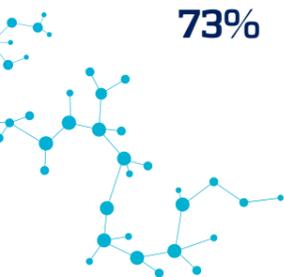
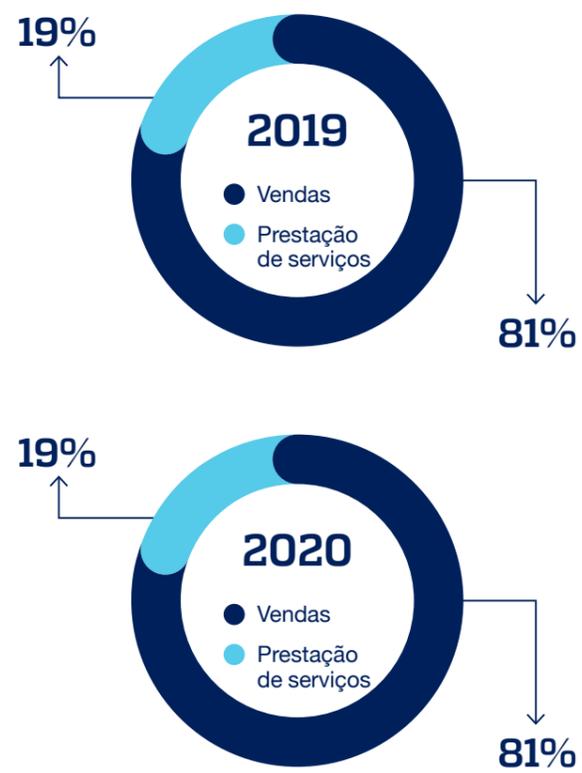
Tem sido reforçado nos últimos anos o peso do “turnover” com origem internacional, que em 2020 representou 73% em BIAL - Portela & Cª, S.A., valor naturalmente inferior ao do Grupo, em que os mercados internacionais representam 82% do volume de negócios.

BIAL mantém em Portugal uma forte presença no mercado ambulatorio, ocupando os produtos por si promovidos a 8ª posição nesse mercado (informação IQVIA). Mas a atividade de BIAL - Portela & Cª, S.A. está progressivamente focalizada nos mercados internacionais, o que reforça as suas perspetivas de crescimento e a sua menor dependência a qualquer mercado em particular, fruto da diversificação das suas exportações e da prestação de serviços.

Turnover mercados



Turnover por natureza



2. ESTRATÉGIA DE BIAL

A estratégia de BIAL assenta em três pilares: Qualidade, Investigação & Desenvolvimento e Internacionalização. A Qualidade é transversal e mandatória a toda a atividade do Grupo, a I&D e a Internacionalização são os eixos do desenvolvimento sustentado a médio e longo prazo, como se verificou em 2020 e exercícios anteriores. Ambas estão interrelacionadas, uma vez que a internacionalização assenta essencialmente nos novos medicamentos de investigação BIAL e, por sua vez, o financiamento dos investimentos de I&D só é viável com a comercialização dos medicamentos de investigação BIAL nos principais mercados farmacêuticos mundiais. Espanha, EUA e Portugal continuam a ser os mercados mais importantes para o Grupo, perspetivando-se a médio prazo crescimentos importantes em mercados como o japonês, italiano e alemão, que irão assumir um peso crescente na faturação do Grupo, a par do reforço do mercado norte americano, com o lançamento em 2020 do Ongentys nesse mercado.

Em 2020, a empresa deu continuidade à sua estratégia, baseada no prosseguimento dos seus projetos de I&D, quer dos projetos cujos medicamentos já estão a ser comercializados, quer nos projetos mais recentes, em fase pré-clínica ou clínica, que visam a descoberta a médio prazo de novos medicamentos. A pandemia Covid-19 teve um impacto negativo no desenvolvimento dos ensaios clínicos, devido às dificuldades de acesso dos doentes aos centros hospitalares, o que dificultou a monitorização nos já integrados nesses ensaios, assim como o recrutamento de novos doentes. A redução substancial das consultas médicas presenciais na generalidade dos países europeus foi outra dificuldade adicional, uma vez que dificulta a identificação de pacientes com o perfil definido para integrarem os ensaios clínicos.

No projeto BIA2 (Acetato de Eslicarbazepina), de que resultou um medicamento inovador para a epilepsia, comercializado com as marcas Zebinix e Aptiom, continuam a realizar-se alguns estudos e ensaios

clínicos. O medicamento está aprovado pela FDA (EUA) e pela EMA (União Europeia) para a sua utilização em terapia adjuvante, monoterapia e pediatria, assim como por outras autoridades regulamentares, não estando prevista a obtenção de novas indicações terapêuticas. Em 2020 é de assinalar a sua aprovação na Suíça e Coreia do Sul. Os investimentos em curso têm como objetivo robustecer uma melhor utilização clínica, nomeadamente face a outros fármacos e para perfis de doentes específicos. É importante esse conhecimento, em situações de prática clínica do dia a dia, pelo que os estudos em curso são uma mais valia significativa para neurologistas e pacientes.

Do projeto BIA9 (Opicapone) resultou num novo medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, que foi aprovado pela EMA em 2016, estando a ser comercializado, desde outubro de 2016, na Alemanha e Reino Unido, desde maio de 2017 em Espanha, desde setembro de 2018 em Portugal e Itália. Em 2020 é de salientar a sua aprovação nos EUA, Japão, e Suíça, países em que foi também iniciada a sua comercialização. Foi um passo muito importante para os doentes de Parkinson, sendo de destacar que os EUA e o Japão são, respetivamente, o primeiro e o segundo maiores mercados mundiais da doença de Parkinson. Presentemente estão em curso ensaios clínicos de fase IV, com o objetivo de obter um melhor conhecimento dos seus efeitos terapêuticos, nomeadamente em condições de prática clínica corrente, e um ensaio clínico de fase III para avaliar o seu potencial em doentes numa fase mais inicial da doença. Este novo fármaco, tal como o Zebinix, é produzido em BIAL - Portela & C^a, S.A. para a União Europeia e outros países, o que reforçou a componente exportadora da empresa.

Na I&D foram aplicados € 44,5M (€ 45,1M em 2019), excluindo amortizações de I&D de € 21,9M (€ 21,5M em 2019) e direitos de propriedade intelectual de € 3,9M (€ 3,5M em 2019). Somente € 3,6M foram capitalizados, sendo os restantes valores registados como

gastos do exercício, no valor de € 62,7M, incluindo os € 21,9M de amortizações. No projeto BIA2 - Acetato de Eslicarbazepina - foram capitalizados € 0,3M e no projeto BIA9 - Opicapone - foram capitalizados € 2,1M, sendo o restante valor contabilizado em direitos de propriedade industrial. Os gastos de I&D mantiveram-se constantes face a 2019, o que se explica pelo estado de evolução dos diversos projetos, na sua maioria em fases pré-clínicas, e pelo impacto negativo do Covid-19 nos ensaios clínicos, pelas razões anteriormente referidas.

Para além dos projetos BIA2 e BIA9, estão a ser realizados trabalhos clínicos e pré-clínicos em outros projetos relativos a novos medicamentos, sendo de realçar o projeto BIA5, cuja nova molécula tem a designação internacional de “Zamicastat”. Esta tem como indicação terapêutica a hipertensão pulmonar arterial, doença com um número muito limitado de opções terapêuticas e com taxas de mortalidade muito elevadas. Estão em curso diversos ensaios clínicos de fase I e II na Europa. É de destacar a aprovação pela FDA do estatuto de medicamento órfão, o que permitirá um programa de ensaios clínicos mais intenso, prevendo-se, em 2021, a realização nos EUA, e em outros países, de um ensaio clínico de fase IIb, para se obterem resultados que permitam fazer uma avaliação da sua eficácia terapêutica.

Terminado um ciclo de investimento concentrado nos projetos BIA2 e BIA9, foi iniciado um novo ciclo em novos projetos, dos quais, como referido, o BIA5 que está em fase II de ensaios clínicos e os restantes projetos estão em fase pré-clínica. Estão essencialmente

focalizados na área do sistema nervoso e há a expectativa de, no corrente ano, alguns desses projetos poderem iniciar ensaios clínicos de fase I.

Em 2020 manteve-se o reforço da estrutura humana e tecnológica da área de investigação e desenvolvimento de BIAL, de forma a haver condições para trabalharmos em seis a sete projetos em simultâneo e acelerar a entrada de novos medicamentos no mercado. É um enorme desafio para BIAL, mas é a garantia do seu desenvolvimento sustentado a longo prazo. Embora não realizado no âmbito da empresa BIAL Portela, em 2020 foi constituída uma equipa de investigação a trabalhar nos EUA (Boston – Cambridge), que tem como base de partida um conjunto de ativos adquiridos a uma empresa de investigação biotecnológica na área da doença de Parkinson e de outras doenças degenerativas. Essa equipa irá trabalhar de forma sinérgica com a equipa baseada em Portugal, potenciando a capacidade do Grupo BIAL em trazer novos medicamentos ao mundo.

É de mencionar que, em 2020, 63% do volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A. foi proveniente da faturação de medicamentos de investigação BIAL e da prestação de serviços decorrentes de contratos de licenciamento. É a expressão do forte impacto das atividades de I&D em BIAL no negócio da empresa e a prova do sucesso da estratégia de investimento seguida desde há mais de vinte e cinco anos.

Como se pode concluir pelo seguinte quadro, há um investimento sustentado e de grande relevância nas atividades de I&D em BIAL:

Milhares de euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo intangível (I&D)	17 576	35 674	19 018	27 178	24 344	46 132	41 478	32 082	15 776	12 821	11 320	10 602	5 537	2 406
Patentes	715	1 117	1 094	758	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível	1 727	1 088	858	2 113	361	35	41	264	473	877	1 272	2 732	1 574	1 220
Sub-Total	20 018	37 879	20 970	30 049	24 705	46 167	41 519	32 346	16 249	13 698	12 592	13 334	7 111	3 626
Despesas com fornecimentos e serviços e outros custos	11 050	14 535	17 905	18 702	25 434	4 690	3 765	4 126	10 017	8 685	17 697	31 878	27 604	29 026
Despesas com recursos humanos	3 401	3 950	4 438	4 910	5 281	5 164	5 502	6 097	6 209	7 009	7 680	8 951	10 407	11 817
TOTAL	34 469	56 364	43 313	53 661	55 420	56 021	50 786	42 569	32 475	29 392	37 969	54 163	45 122	44 470

(sem amortizações de ativos de I&D)



BIAL apresenta um rácio de investimento em investigação em relação ao seu “turnover” muito significativo traduzindo, por um lado, os custos elevados da investigação clínica e, por outro lado, o seu nível de faturação que não reflete ainda todo o potencial dos seus dois medicamentos de investigação própria. Quer o crescimento de BIAL - Portela & Cª, S.A., quer o das restantes filiais do Grupo nos últimos anos, e que se prevê seja reforçado no próximo triénio, permitirá aumentar em valor absoluto o investimento em I&D. Será possível reforçar as linhas de investigação, a par do equilíbrio económico e financeiro, e dessa forma aumentar a probabilidade de lançar novos medicamentos inovadores a longo prazo.

A internacionalização é outro dos eixos estratégicos da empresa BIAL - Portela & Cª, S.A. e do Grupo. Em 2020, as receitas provenientes do estrangeiro representaram 73% do seu total, atingindo os € 167M, um crescimento de 25% face ao ano anterior. É de realçar que as exportações de medicamentos foram de € 130M, um crescimento de 26% face a 2019. Para este crescimento contribuíram de forma significativa as exportações de Ongentys, mas também de Zebinix\Aptiom. Prevemos que em 2021 se mantenha o ritmo de crescimento dos últimos exercícios em re-

sultado da dinâmica comercial de Ongentys. As prestações de serviços ao exterior foram de € 37M, na sua maioria correspondentes ao recebimento de diversos “milestones” previstos nos contratos de licenciamento dos medicamentos de investigação BIAL.

A política comercial de BIAL na área internacional assenta, por um lado, na comercialização e promoção da sua gama de produtos em diversos países e, por outro lado, na comercialização dos seus produtos de I&D própria, que são e continuarão a ser o motor do crescimento da atividade internacional do Grupo.

A comercialização da sua gama, quer de produtos próprios, quer de licença, sempre com marca BIAL, baseia-se em modelos de negócio distintos, com o objetivo de potenciar a sua comercialização e atender às especificidades dos mercados e da estrutura de BIAL. São de salientar:

- Comercialização e promoção através de filiais do Grupo e com equipas próprias em Espanha, Alemanha, Itália, Reino Unido, Suíça, Irlanda, Moçambique, Angola e nos países da FWA (French West Africa).
- Comercialização dos produtos de investigação própria através de acordos de licença em diver-

sos mercados, como acontece nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Canadá, Grécia, países nórdicos e outros mercados europeus. Com o fim do acordo de licença com a EISAI, relativamente ao Zebinix na Europa, em fevereiro p.p., BIAL - Portela & Cª, S.A. iniciou a comercialização através de acordos de distribuição em vários países europeus, o mais relevante França, para além de novos acordos de licença (países nórdicos e Grécia). Em França, para além do acordo de distribuição, BIAL constituiu uma equipa de informação médica que substituiu a da EISAI para manter a comunicação com classe médica.

- Apoio direto a equipas comerciais através de orientação estratégica e de formação científica e de marketing proporcionada por BIAL, o que acontece em diversas zonas geográficas da América Latina, Médio Oriente e Ásia.
- Parcerias comerciais com distribuidores locais, nomeadamente em regime de representação exclusiva, em alguns países de menor dimensão.

Como referido, para os medicamentos de I&D própria, a comercialização\promoção é efetuada diretamente ou por empresas licenciadas. Esta foi a estratégia para a comercialização do nosso anti-epiléptico, quer pela receita de “milestones” que origina, quer pela possibilidade de se comercializar o novo medicamento nos mais importantes mercados mundiais onde BIAL não estava na altura presente (EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, ...). Com a expansão do Grupo na União Europeia, com filiais em Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, e Suíça, a estratégia com Ongentys já foi diferente, com BIAL a lançar diretamente nesses mercados o seu medicamento e com resultados comerciais muito interessantes. Foi um passo significativo na internacionalização do Grupo e na sua autonomia face a terceiros. Com o final do contrato de licença com a EISAI, BIAL ficou diretamente responsável pela comercialização e promoção de Zebinix na Europa, o que constitui uma nova etapa na sua atividade, com o seu alargamento a diversos países, como já referido.

No mercado nacional, a política de saúde, em particular a dos medicamentos comercializados no merca-

do ambulatorio, continua a contribuir para um menor crescimento da faturação de BIAL. O mercado português teve um forte decréscimo em valor, na ordem dos 30%, em 2012/2013, tendo estabilizado a partir de 2014/2015 mas ainda não recuperou para os níveis anteriores à crise. Acresce uma política muito agressiva de prescrição de medicamentos genéricos, que representam 48% de quota de mercado em volume. No Top 10 do mercado ambulatorio, duas das empresas são de genéricos, uma das quais é a líder do mercado e a outra ocupa a terceira posição, o que reflete a sua importância, situação única na União Europeia. Em 2020, e de acordo com os dados da IQVIA, o mercado ambulatorio português cresceu 0,8% em valor.

A evolução de BIAL no mercado ambulatorio nacional depende do potencial da sua gama de medicamentos e de uma atividade de comunicação consistente, apoiada numa imagem muito forte junto dos profissionais de saúde.

Em março de 2020, iniciou-se a comercialização de dois novos medicamentos para a diabetes, licenças da AstraZeneca, com as marcas Edistride e Ebymect, pertencentes a uma nova classe terapêutica na área da diabetes (iSGLT2). São medicamentos inovadores que irão possibilitar o acesso dos doentes portugueses a novos fármacos que melhorarão o controlo da diabetes e, conseqüentemente, a sua qualidade e esperança de vida. A sua promoção foi muito condicionada pelos efeitos da pandemia devido, por um lado, à forte redução do número de consultas, especialmente das presenciais e, por outro lado, a uma enorme redução da visita médica nos períodos de confinamento. A pressão a que esteve sujeito o Serviço Nacional de Saúde contribuiu igualmente para a redução da comunicação com a classe médica. Estes fatores, a que acresce o “distanciamento” dos pacientes dos centros de saúde e hospitais, afetaram



fortemente os novos medicamentos. Neste contexto é difícil substituir terapêuticas e identificar novos doentes, pelo que a introdução desses medicamentos ficou muito abaixo do seu potencial. Esperamos que, a partir de meados de 2021, essas condicionantes sejam fortemente reduzidas e se possa normalizar a atividade clínica e de informação médica.

Em 2021 está previsto o lançamento de um novo produto em Portugal a ser comercializado por BIAL – Portela & C^a, S.A. e promovido pela BIAL - Consumer Health junto das farmácias e parafarmácias, na área dos estabilizadores do humor.

A distribuição de vendas em Portugal, por áreas terapêuticas, assim como as quotas de mercado dos produtos mais importantes, são as seguintes:

CLASSE TERAPÊUTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS	% NAS VENDAS
Sistema Nervoso Central	SEDOXIL, ZEBINIX, VIMPAT, NEUPRO, ELONTRIL, ONGENTYS, ELVANSE, DORMIDINA	35.1%
Antidiabético	ZOMARIST, EBYMECT, JALRA, EDISTRIDE	18.0%
Aparelho Respiratório	BRISOMAX, REVINTY, ELEBRATO, LAVENTAIR, RINIALER, BRISOVENT, DILAMAX	15.4%
Área Cardiovascular	ORVATEZ, COPALIA, CARDIPRIL	10.0%
Sistema Músculo-Esquelético	REUMON, RANTUDIL	9.1%
Antianémicos	FOLIFER, FOLICIL	5.2%
Antibióticos	CLAVAMOX, TRICEF	5.2%

PRODUTOS	RANKING CLASSE TERAPÊUTICA	Q.M. Dez/2020 (IQVIA)	SUBCLASSE TERAPÊUTICA
ZOMARIST	5 ^a	10%	Antidiabético
SEDOXIL	1 ^a	19%	Ansiolítico
ZEBINIX	1 ^a	9%	Antiepilético
BRISOMAX	4 ^a	8%	Antiasmáticos Associações
REUMON	3 ^a	8% (HMR)	Anti-inflamatório tópico
CLAVAMOX	1 ^a	28%	Antibiótico
REVINTY	6 ^a	7%	Antiasmático
RANTUDIL	3 ^a	7%	Anti-inflamatório
VIMPAT	6 ^a	4%	Antiepilético
NEUPRO	3 ^a	13%	Antiparkinsoniano
ELONTRIL	5 ^a	3%	Antidepressivo
ONGENTYS	4 ^a	11%	Antiparkinsoniano
FOLIFER	2 ^a	25%	Antianémico comb.
ELEBRATO	7 ^a	7%	A-colinerg+Agon B2 Assoc.
FOLICIL	1 ^a	67%	Antianémico fólico
ELVANSE	2 ^a	26%	Psicoestimulante
DORMIDINA	2 ^a	11% (HMR)	Insónia Ligeira
ELVANSE	3 ^a	10%	Psicoestimulante
LAVENTAIR	8 ^a	5%	A-colinerg+Agon B2 Assoc.
YODAFAR	1 ^a	96%	Terapia de Iodo

No segundo semestre de 2020 foram lançados em Portugal genéricos de Zebinix, conforme previsto, pelo que foram tomadas algumas medidas para proporcionar aos pacientes de Zebinix condições económicas similares às do genérico, de forma a que o preço a pagar pelo paciente não fosse um motivo para descontinuar o seu uso. Na prática, houve uma redução significativa do preço de Zebinix, embora as vendas do ano se tivessem mantido relativamente a 2019 (€ 6,3M). No entanto, em 2021 prevemos uma descida da sua faturação em valor, não obstante estimarmos a manutenção do número de pacientes medicados com Zebinix.

BIAL tem uma forte imagem institucional, uma gama de medicamentos inovadora e em permanente renovação, uma qualidade excelente, uma contínua procura de melhoria do seu desempenho, a par de um programa de I&D único em Portugal e dos mais expressivos, em termos relativos, a nível internacional.

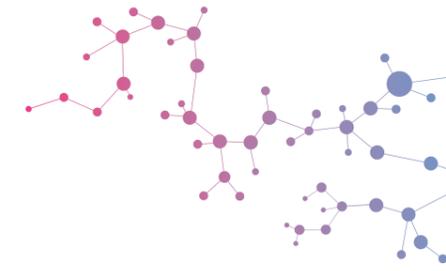
Os resultados comerciais provenientes da I&D BIAL começaram em 2014 a ter uma expressão significativa na sua atividade e têm vindo, desde então, a crescer de forma sustentada. Em 2020, Zebinix\Aptiom e Ongentys representaram 54% das vendas de medicamentos do Grupo, atingindo, em termos consolidados, os € 186M, dos quais € 133M de Zebinix\Aptiom e € 53M de Ongentys. Nos próximos anos o

contributo comercial do Zebinix/Aptiom e, especialmente, do Ongentys continuará a ser determinante e a contribuir para o crescimento e internacionalização do Grupo. O Zebinix está comercializado na maioria dos países da União Europeia e Aptiom no EUA e Canadá. No início de março de 2021, foi lançado na Suíça e até ao final do ano prevê-se o seu lançamento na Austrália. Quanto a Ongentys, está comercializado em nove países em 2020 (Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália, Portugal, Suíça, EUA, Japão e Coreia do Sul), que representam mais de 80% do mercado mundial. A médio prazo irá ser o medicamento de maior faturação do Grupo, o mais global e presente nos principais mercados mundiais. Em 2021, prevê-se o lançamento em novos países, como os países nórdicos, Benelux e Austrália.

A conjugação dos três vetores estratégicos fundamentais - Qualidade / I&D / Internacionalização - é a base do desenvolvimento equilibrado e sustentado a médio prazo, criador de valor, baseado no conhecimento e na diferenciação, focado na satisfação das necessidades dos pacientes. Após os anos difíceis de 2010 e 2011, causados pelo atraso da aprovação do Aptiom nos EUA, a situação evoluiu favoravelmente em 2012, em que é de destacar o licenciamento do Ongentys para o Japão, e em 2013, a aprovação do Aptiom nos EUA. Em 2014, o início da comercialização do Aptiom nos EUA foi um marco importante na história de BIAL. Em 2015, a aprovação da utilização em monoterapia nos EUA do Aptiom é igualmente outro marco no desenvolvimento de BIAL, assim como em 2017 a sua aprovação na União Europeia. Em 2017, é de assinalar os acordos de licenciamento do Ongentys para os EUA, Coreia do Sul e China, assim como do Zebinix para a Coreia do Sul, o que implicará “milestones” importantes e, como já referido, o lançamento nesses mercados dos medicamentos de investigação BIAL. Em 2020, foi muito importante a aprovação e lançamento de Ongentys nos dois principais mercados mundiais da doença de Parkinson, EUA e Japão, para além do seu lançamento na Coreia do Sul e Suíça.

A par do crescimento da atividade comercial de BIAL - Portela & C^a, S.A. nos últimos anos, assim como das restantes empresas do Grupo, as receitas pro-

venientes das transferências de tecnologia foram importantes para a situação económica e financeira de BIAL. Em 2020 foram relevantes essas receitas, no montante de € 28M, provenientes fundamentalmente dos contratos de licenciamento de Ongentys para os EUA e Japão. No futuro, a importância dos “milestones”, sobretudo em termos relativos, ir-se-á reduzir substancialmente, por duas razões essenciais e interligadas. Por um lado, o desenvolvimento orgânico de BIAL e a sua capacidade de comercializar diretamente os novos medicamentos na Europa e, por outro lado, a política de não licenciar os novos medicamentos BIAL nos principais países europeus e privilegiar a sua comercialização e promoção por BIAL. No conjunto dos diversos contratos de licenciamento em vigor, os “milestones” a receber poderão ascender, nos próximos anos, aos € 93M. É um valor significativo, mas menos relevante do que foi no passado. Presentemente e no futuro, o grande contributo dos produtos de investigação BIAL são as vendas que geram e a capacidade de libertarem meios financeiros, para apoiarem os projetos de I&D em curso e as restantes atividades de BIAL.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A. foi de € 241,5M, +18% face a 2019, pelas razões anteriormente apresentadas, em que se destaca a fortíssima dinâmica das exportações de bens e serviços.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram positivos em € 61,5M, um crescimento de 79% face a 2019. Esse crescimento resulta fundamentalmente do crescimento do volume de negócios, mas também da estabilização dos custos operacionais, para o que contribuiu os efeitos da pandemia com origem no Covid-19. Houve a redução significativa de alguns gastos operacionais como, por exemplo, as deslocações e estadas e despesas promocionais. Nos custos do exercício estão incluídos € 41,1M diretamente relacionados com os projetos de I&D (despesas com pessoal de I&D e fornecimentos e serviços não capitalizados). A esse valor há que acrescentar as amortizações de I&D (€ 21,9M) e as imparidades (€ 2,3M), pelo que os resultados do exercício estão afetados diretamente por € 65,3M por gastos de I&D. Há igualmente que considerar outros gastos indiretos, como gastos financeiros e jurídicos com a proteção das nossas patentes. Estes valores evidenciam uma atividade corrente rentável, que permite autofinanciar os projetos de I&D, que se traduziu numa redução da dívida líquida. Um dos objetivos prioritários da gestão é conciliar um adequado investimento em I&D com níveis de rentabilidade de mercado e uma boa autonomia financeira. O exercício de 2020 espelha o cumprimento desse objetivo.

As despesas com pessoal foram de € 32,7M, das quais € 11,8M relativas às atividades de I&D. As despesas com pessoal cresceram 8% face a 2019, e 56% desse crescimento resultou das despesas com

colaboradores da área de I&D, que cresceram 14% na sequência do aumento do número de investigadores.

As amortizações do exercício e imparidades/reversões foram de € 25,8M, +5% que em 2019, das quais € 19,6M são relativas aos projetos de I&D. É igualmente muito relevante a importância da I&D neste item da conta de resultados, e que resulta da amortização dos projetos BIA2 e BIA9, em que os seus medicamentos já estão a ser comercializados. Os restantes projetos de investigação estão a ser contabilizados em custos do exercício.

Os Resultados Operacionais, antes de gastos de financiamento e impostos, são positivos em € 35,7M, face aos € 9,8M de 2019. Este crescimento deve-se fundamentalmente à evolução positiva do volume de negócios, a par da manutenção dos custos.

Os resultados financeiros são negativos em - € 5,8M, uma melhoria face a 2019 (- € 7,9M), devido à redução dos juros suportados e gastos similares, que passaram de € 8,0M para € 5,6M. A redução do valor da dívida financeira e a redução das taxas de juro e “spreads” são os motivos para esta favorável evolução.

O financiamento líquido, em 2020.12.31, é de € 183,4M, uma redução de € 21,1M face a 2019.12.31. A dívida total é de € 196,4M, menos € 59,7M que em

2019. Os financiamentos bancários são de € 101,4M, dos quais € 34,0M se vencem ao longo de 2021. Os empréstimos obrigacionistas são de € 71,5M, vencendo-se € 8,0M em 2021. Assim, temos uma maturidade adequada às necessidades dos projetos da empresa. Nos financiamentos bancários é de salientar os do Banco Europeu de Investimento, no valor de € 23,3M. A empresa apresenta um valor em caixa e depósitos bancários de € 13,0M, adequado às necessidades de tesouraria de curto prazo. Acrescem € 25,5M disponíveis de utilização através de descobertos bancários e financiamentos aprovados, não utilizados.

O Resultado Antes de Impostos é de € 29,8M e o Resultado Líquido é de € 27,0M. A diferença é explicada pela utilização de Impostos diferidos no valor de € 2,1M e Impostos correntes no valor de € 0,7M. São resultados muito positivos, especialmente se for considerado o investimento em I&D que é contabilizado como gastos do exercício.

O Ativo Líquido é de € 459,5M, de onde se destaca o ativo intangível (€ 196,1M), Impostos diferidos (€ 56,1M), Stocks (€ 70,4M), Caixa e depósitos bancários (€ 13,0M), e Créditos a curto prazo (€ 74,4M). O valor do ativo líquido diminuiu € 23,5M, sendo de salientar a redução do ativo intangível em € 17,2M, e do caixa e depósitos bancários em € 38,7M. Em sentido oposto, há um aumento dos stocks, + € 34,1M, essencialmente resultante de matéria prima para produção de Zebinix\Aptiom e Ongentys. As restantes rubricas do balanço não tiveram alterações relevantes.

O Capital Próprio é de € 193,4M, um acréscimo de € 25,3M, refletindo os resultados líquidos do exercício e a não distribuição de dividendos. Os Capitais Próprios representam 42% do Ativo Líquido, rácio muito interessante.

O Passivo é de € 266,1M, um decréscimo de € 48,8M, uma redução de 18%, refletindo o ano positivo que foi 2020. Os Capitais Próprios representam 73% do Passivo, o que reflete uma situação financeira saudável e uma boa capacidade de financiamento para fazer face a novos projetos de investimento.

Em conclusão, há uma evolução positiva da estrutura do Balanço, refletindo uma situação equilibrada, com rácios de solvabilidade e autonomia financeira francamente positivos.

A estrutura económica e financeira é robusta, a par de um elevado nível de investimento em I&D realizado em 2020, do qual a maior parte foi contabilizado em custos do exercício. A rentabilidade intrínseca à sua atividade corrente é claramente positiva, permitindo o financiamento dos projetos de I&D. Para isso muito contribuiu a dinâmica das exportações de Zebinix\Aptiom e Ongentys, produtos de investigação BIAL e, naturalmente, com margens brutas mais elevadas que as da restante gama de produtos.

Em 2021, e exercícios seguintes, prevê-se a continuidade do crescimento da atividade de BIAL - Portela & C^a, S.A., através da sua atividade exportadora assente nos medicamentos de investigação BIAL.

4. QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE & IDI

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2020, em linha com os anos anteriores, o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e o Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) estão adequados à política da Empresa, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Ao longo do ano, os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão. A Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, assim como o IDI, são uma prioridade na estratégia da Empresa, sendo permanente e transversal às diferentes áreas funcionais.

No que respeita à política da Qualidade e IDI, é de salientar:

- O Sistema de Gestão da Qualidade encontra-se implementado desde 2001 e em 2020 foi realizada com sucesso a auditoria de acompanhamento, mantendo-se a certificação pela Norma ISO 9001:2015.
- Foi realizada igualmente com sucesso uma auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a norma ISO 14001:2015, mantendo-se a respetiva certificação.
- Em 2020 foi realizada com sucesso a migração para a nova norma ISO 45001:2018, com uma auditoria de migração, mantendo-se a certificação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.
- Foi ainda realizada com sucesso a auditoria de acompanhamento ao Sistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), em conformida-

de com a norma NP 4457:2007, mantendo-se a respetiva certificação pela LusaENOR.

- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas.
- Manutenção do certificado GMP (Good Manufacturing Practices) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano e medicamentos experimentais.
- Em 2020 ocorreu a inspeção para a renovação do certificado GDP (Good Distribution Practices) pelo Infarmed para a distribuição de medicamentos de uso humano.
- Estão em desenvolvimento novos projetos, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, que irão melhorar algumas áreas funcionais em 2021.

Em termos globais conclui-se:

Foram implementadas metodologias de trabalho que garantem a identificação e avaliação dos requisitos das partes interessadas, no sentido de garantir o cumprimento das disposições por estas estabelecidas, assim como dos requisitos legais e das normas de referência aplicáveis ao Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e ao Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

Os relatórios anuais “Performance Analysis - Quality, Health & Safety and Environment 2020” e “RDI Management System - 2020 Performance Evaluation” trazem, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresentam linhas de ação para a melhoria contínua dos indicadores de desempenho.



5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

BIAL - Portela & Cª, S.A. reforçou em 2020 a sua política ativa de responsabilidade social, que partilha com as restantes empresas do Grupo, sendo a principal razão os efeitos negativos da pandemia Covid-19, que nos motivaram a criar um fundo de € 0,5M para apoiar instituições que necessitassem do nosso apoio e iniciativas da sociedade civil com a mesma finalidade. A par da gestão desse fundo, manteve a sua participação em numerosas instituições de utilidade pública que têm como objetivo a promoção da qualidade de vida das pessoas, a cultura, a saúde, a qualidade do ambiente, e a investigação e desenvolvimento. É de destacar a nossa presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1984, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Organização de simpósios, atribuição de bolsas de investigação, e atribuição dos Prémios BIAL são as suas principais atividades. Em março de 2020, foi entregue a primeira edição do “BIAL Award in Biomedicine”, edição 2019, no valor de € 300'000, cuja cerimónia foi presidida por Sua Exa. o Senhor Presidente da República. É um prémio de âmbito internacional, que visa premiar e reconhecer uma obra publicada, após 2010.01.01, de alta qualidade e de relevante impacto científico na área da medicina. É de salientar que nessa cerimónia, o Chairman de BIAL e da Fundação BIAL, Sr. Doutor Luís Portela, foi agraciado pelo Senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública.

Em 2020, BIAL - Portela & Cª, S.A. concedeu € 3,1M de donativos a diversas entidades, para além de outros patrocínios e apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, procurando me-

lhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, conciliando a sua atividade, nomeadamente a produtiva e de I&D, com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria para a epilepsia e a doença de Parkinson são o melhor exemplo da sua missão, contribuindo para o bem-estar de muitos doentes em todo o mundo.

BIAL aposta continuamente na melhoria qualitativa e na formação contínua dos seus colaboradores, dos quais mais de 80% têm um grau académico universitário. Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente em ter uma adequada formação, interna e externa, a todos os colaboradores de forma a se acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

BIAL mantém o seu apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional. O apoio, no âmbito do mecenato, abrange fundações culturais (artísticas, musicais, entre outras), fundações científicas, organizações de intervenção social, organismos de saúde e de educação, nomeadamente Universidades. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental. Em 2020, como referido, foi reforçada o apoio social através do Fundo Covid BIAL, no valor de € 0,5M.

Bial
Keeping life
in mind.

A empresa está associada a diversas iniciativas da sociedade civil e do Estado Português, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização, com a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais.

É nosso objetivo continuar a desenvolver com os diversos parceiros, públicos e privados, atividades que contribuam para o bem-estar da sociedade e seu desenvolvimento humano.

6. PERSPETIVAS PARA 2021

26

Encontram-se aprovados os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2021, que vão dar continuidade à política estratégica de BIAL nos seus três vetores estratégicos: Qualidade, I&D e Internacionalização.

A dinamização da atividade comercial continua a ser uma prioridade, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL no mercado internacional. Os dois pilares do crescimento de BIAL nos últimos anos são o Zebinix\Aptiom, especialmente nos EUA e Espanha, e o Ongentys nos mercados europeus onde está comercializado.

O Ongentys está numa fase de forte crescimento, e embora tenham sido significativos os efeitos negativos da pandemia Covid-19, as vendas por BIAL Portela aumentaram de € 23,4M para € 38,9M (+66%). Prevemos para 2021 um crescimento similar. As exportações de Zebinix\Aptiom tiveram igualmente uma evolução muito positiva, prevendo-se para 2021 uma redução nas vendas na Europa devido à entrada de genéricos e reduções de preços na Europa a partir de junho, mas que estimamos que possam ser compensadas pelo crescimento das exportações de Aptiom para os EUA. Assim, no corrente ano, a empresa irá reforçar o seu perfil exportador, com vendas nos mer-

cados externos muito superiores às do mercado nacional, tal como já aconteceu nos últimos anos. BIAL é uma das maiores empresas exportadoras com atividade em Portugal, num sector importante para a economia nacional e em que continuam a existir oportunidades de crescimento.

No mercado português o “focus” em 2021 são os novos medicamentos lançados em 2019 e 2020, em duas áreas terapêuticas de grande dinamismo no mercado ambulatorio, as doenças respiratórias (em especial a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica) e os antidiabéticos. Está em curso uma importante renovação da gama de produtos comercializados\promovidos, com o fim de ciclo de alguns medicamentos que está a ser compensado pelos novos medicamentos. Em 2020, devido à pandemia Covid-19, os novos medicamentos foram negativamente afetados pelas razões já apresentadas pelo que, em 2021, será muito importante alcançar um dinamismo completamente distinto.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações de BIAL - Portela & C^a, S.A. para as dezenas de países onde comercializa os seus medicamentos, ultrapassando alguns constrangimentos muito fortes sentidos em 2020 pelas limitações de-

correntes da pandemia Covid-19. É de salientar que prevermos iniciar a comercialização de alguns dos nossos medicamentos no México, mercado que poderá a médio prazo ser relevante para BIAL.

O plano de investimentos aprovado para o triénio 2021-2023 é de grande importância e tem como objetivo reforçar a componente produtiva e logística de BIAL em Portugal, quer pela modernização das suas atuais instalações, quer pela sua expansão, de forma a poder responder aos desafios da internacionalização, nomeadamente para a União Europeia e EUA.

Em fevereiro do corrente ano iniciaram-se as obras de expansão da atual fábrica, com uma área específica para a produção de Aptiom e Ongentys para os EUA, estando previsto nas próximas semanas o início da construção da nova unidade de antibióticos, e no segundo semestre do ano o início das obras de alargamento da área logística. Também no corrente ano temos previsto iniciar a construção de um edifício social, projeto em fase de conclusão. Para o final de 2022, está planeada a construção de um novo edifício administrativo, para fazer face às nossas necessidades de áreas de trabalho administrativo e salas de reunião. Este plano de obras resulta do forte crescimento da nossa atividade dos últimos anos, das estimativas a médio prazo, e é suportado por um estudo realizado por um gabinete especializado em urbanismo industrial, para o Campus BIAL, que passou de uma área de doze para vinte e quatro hectares em 2020, com aquisição de diversos terrenos circundantes.

Os projetos de investigação das Novas Entidades Químicas estão em desenvolvimento, com especial enfoque nos projetos de investigação BIA9 e BIA5, para além de projetos em fase mais prematura.

O projeto BIA9, medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, tem como prioridade a realização de um ensaio clínico de fase III para a utilização em fases mais precoces das em que é atualmente utilizado, a par da realização de ensaios clínicos de fase IV na Europa para robustecer o conhecimento terapêutico do produto em condições de prática clínica reais.

No projeto BIA5, cujo princípio ativo tem a designação de “Zamicastat” e tem como indicação terapêutica prevista a hipertensão pulmonar arterial, estão em curso ensaios clínicos de fase I e fase II na Europa. Com a aprovação pela FDA de Zamicastat como medicamento órfão nos EUA, está em fase final de preparação um ensaio clínico de fase IIb, a realizar essencialmente nesse país.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento no âmbito da atividade de BIAL - Portela C^a, S.A. Como referido, em 2020, o Grupo BIAL, através de uma sua filial constituiu uma nova equipa de investigação na área da doença de Parkinson e de outras doenças degenerativas nos EUA (Boston – Cambridge), que tem um projeto em fase clínica (BIA28) e outros em pré-clínica. Estão previstas atividades conjuntas no desenvolvimento desses projetos.

A confiança dos acionistas foi, e continuará a ser, fundamental neste processo de desenvolvimento da empresa e do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo. Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram a capacidade em implementá-la e dão confiança no futuro de como empresa farmacêutica internacional, assente na inovação e investigação.

27

7. FACTOS SUBSEQUENTES a 2020.12.31

A pandemia com origem no Covid-19 teve um enorme impacto social e económico na economia mundial, provocando uma forte crise. No entanto, o seu efeito foi muito diferenciado por sector de atividade, com o sector farmacêutico a ser um dos menos afetado, independentemente das empresas estarem envolvidas na investigação e produção das novas vacinas e tratamentos.

28

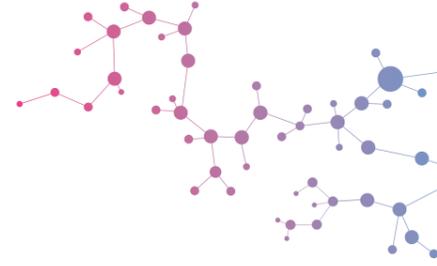
Após 2020.12.31 é de realçar a aprovação de algumas vacinas anti Covid-19 pela EMA e FDA, para além de outras vacinas provenientes de outras zonas geográfica (China e Rússia), e o início da vacinação em larga escala nos EUA, Reino Unido, União Europeia e outros países de menor dimensão. Há a expectativa que no terceiro trimestre do ano se alcançará a imunidade de grupo nos países mais desenvolvidos, o que deverá permitir a retoma consistente da atividade económica. A China já retomou em 2020 o crescimento económico, sendo previsível que seja reforçado em 2021.

É nossa opinião que a pandemia em 2021 não terá um impacto relevante na atividade de BIAL - Portela Cª, S.A., embora esteja a condicionar algumas atividades no 1º semestre. Prevemos que a continuidade da linha de desenvolvimento de BIAL e o cumprimento dos seus objetivos mais relevantes irá acontecer, não obstante os condicionalismo do presente.

Em termos financeiros, temos capacidade de cumprir com os compromissos presentes existentes, atendendo à atual situação financeira de BIAL e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos orçamentados para 2021, tal como se verificou em 2020.

Conscientes das dificuldades, numa conjuntura atípica e volátil, estamos focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar eventuais novas dificuldades que venham a surgir. O ano de 2020 foi um ano de aprendizagem, em que conseguimos ultrapassar as dificuldades que se nos depararam, estando mais bem preparados em 2021 para o fazer de novo.





8. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 26 997 765,00 seja afeto a:

- Reservas Legais: € 1 349 888,25
- Resultados Transitados e outras reservas: € 25 647 876,75

Trofa, 2021.03.25

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUÍS PORTELA | **Presidente**
ANTÓNIO PORTELA | **CEO**
RICHARD PILNIK | **Vogal**
ISABEL MORGADO | **Vogal**
JOSÉ REDONDO | **Vogal**
MIGUEL PORTELA | **Vogal**
SOARES da SILVA | **Vogal**
JOSÉ BASTOS | **Vogal**



9. ANEXOS

BIAL - PORTELA & C^a, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2020.12.31	2019.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 406 207	8 646 508
Edifícios e outras construções		7 729 167	7 313 356
Equipamento básico		10 057 377	9 201 756
Equipamento de transporte		58 804	132 287
Equipamento administrativo		1 350 174	1 289 432
Outros ativos fixos tangíveis		232 045	228 115
Ativos fixos tangíveis em curso		892 456	356 996
Adiantamentos a fornecedores de investimento		74 650	3 518 674
	7	32 800 881	30 687 123
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		187 280 846	203 409 762
Propriedade industrial		8 040 868	9 408 157
Ativos intangíveis em curso		770 338	531 440
	7	196 092 053	213 349 360
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em empresas do grupo		88 401	136 126
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		378 742	300 818
	7	581 963	551 764
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	6	56 107 085	56 345 017
		56 107 085	56 345 017
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	10	10 800 000	16 000 000
Outros ativos	12	-	-
		10 800 000	16 000 000
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20	50 573 525	26 132 001
Mercadorias	20	9 351 213	3 506 790
Produtos e trabalhos em curso	19	3 915 971	2 215 912
Produtos acabados e intermédios	19	6 538 711	4 438 100
		70 379 419	36 292 803
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Clientes	10	45 682 003	44 796 360
Estado e outros entes públicos	11	1 341 151	925 220
Outros créditos a receber	9	14 292 140	17 112 970
Outros ativos	12	16 105 998	13 312 536
		77 421 293	76 147 085
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	12	2 365 869	2 022 499
		2 365 869	2 022 499
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		10 055	12 110 055
Depósitos à ordem		12 915 195	39 496 910
Caixa		42 082	42 353
	5	12 967 332	51 649 319
TOTAL DO ATIVO		459 515 894	483 044 969

34

BIAL - PORTELA & C^a, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	DATAS	
		2020.12.31	2019.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	50 000 000	50 000 000
Reservas legais		7 553 022	7 533 922
Subsídios		26 003 496	27 813 608
Resultados transitados e outras reservas		82 845 342	82 420 825
		Subtotal	166 401 860
Resultado líquido do exercício		26 997 765	380 974
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		193 399 625	168 149 330
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	25	290 452	336 713
Empréstimos obrigacionistas	13	63 500 000	71 500 000
Financiamentos obtidos	13	90 557 099	104 987 793
Passivos por impostos diferidos	6	1 477 472	1 477 472
Fornecedores de investimentos	14	1 909	55 046
Outras dívidas a pagar	6; 15	7 549 402	8 074 918
		163 376 333	186 431 942
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	40 006 517	27 742 632
Estado e outros entes públicos	11	2 148 098	2 240 277
Empréstimos obrigacionistas	13	8 000 000	8 500 000
Financiamentos obtidos	13	34 353 701	71 061 139
Fornecedores de investimentos	14	2 538 485	3 136 332
Outras dívidas a pagar	15	345 380	533 501
Outros passivos	12	7 473 847	5 197 080
		94 866 027	118 410 961
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	12	7 873 909	10 052 736
		7 873 909	10 052 736
TOTAL DO PASSIVO		266 116 269	314 895 639
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		459 515 894	483 044 969

35



I. EMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas	17	193 646 970	166 952 388
Serviços prestados	17	47 862 600	38 209 753
Volume de negócios		241 509 570	205 162 140
Subsídios à exploração	18	5 140 264	2 411 904
Trabalhos para a própria entidade		0	133 931
Variação nos inventários da produção	19	1 263 333	-3 581 242
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-57 791 177	-52 536 857
Fornecimentos e serviços externos	21	-90 912 569	-88 319 432
Gastos com o pessoal	22	-32 672 501	-30 199 721
Perdas por imparidade	8; 25	-5 225 609	-173 124
Provisões	25	0	0
Reversões	8; 25	188 031	121 313
Outros rendimentos	23	13 166 530	13 119 088
Ganhos/Perdas em empresas do Grupo	7	-47 725	-27 108
Outros gastos	24	-13 154 228	-11 713 496
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61 463 919	34 397 397
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-28 100 512	-26 930 168
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas)/reversões	7; 25	2 292 394	2 312 984
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		35 655 801	9 780 214
Juros e rendimentos similares obtidos	26	13 108	187 080
Juros de empresas do grupo	26	-238 694	-112 500
Juros e gastos similares suportados	26	-5 631 642	-7 970 563
Resultado antes de impostos		29 798 574	1 884 230
Imposto corrente	6	-729 902	-697 879
Imposto diferido	6	-2 070 907	-805 377
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 997 765	380 974

II. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2019

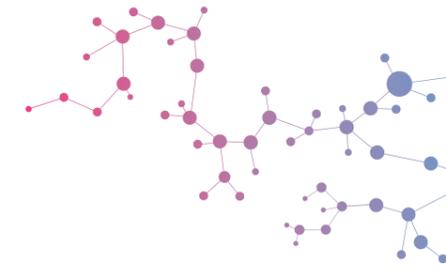
DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2019	50 000 000	7 455 922	342 647	30 466 759	-51 338	81 029 002	1 548 082	170 791 074
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		78 000				1 470 082	-1 548 082	0
	50 000 000	7 533 922	342 647	30 466 759	-51 338	82 499 084	0	170 791 074
Subsídios				-3 423 420				-3 423 420
Impostos diferidos				770 270	107 840	1 880		879 989
Outras variações no capital próprio					-479 287			-479 287
	0	0	0	-2 653 151	-371 448	1 880	0	-3 022 719
Resultado líquido do período							380 974	380 974
Resultado integral								-2 641 745
Posição no fim do período 2019	50 000 000	7 533 922	342 647	27 813 608	-422 786	82 500 963	380 974	168 149 330

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2020

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2020	50 000 000	7 533 922	342 647	27 813 608	-422 786	82 500 963	380 974	168 149 330
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		19 100				361 874	-380 974	0
	50 000 000	7 553 022	342 647	27 813 608	-422 786	82 862 837	0	168 149 330
Subsídios				-2 335 630				-2 335 630
Impostos diferidos				525 517	-18 187			507 330
Outras variações no capital próprio					80 829			80 829
	0	0	0	-1 810 113	62 643	0	0	-1 747 470
Resultado líquido do período							26 997 765	26 997 765
Resultado integral								25 250 295
Posição no fim do período 2020	50 000 000	7 553 022	342 647	26 003 496	-360 143	82 862 837	26 997 765	193 399 625

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	2020	2019	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	262 970 755		224 868 039
Pagamentos a fornecedores	-185 557 820		-156 245 172
Pagamentos ao pessoal	-31 394 424		-29 112 366
Caixa gerada pelas operações	46 018 510		39 510 501
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-1 887 591		-2 005 436
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-3 980 238		-3 093 157
	40 150 681		34 411 908
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	40 150 681		34 411 908
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-6 602 451		-3 644 926
Ativos intangíveis	-8 537 644		-14 300 375
Investimentos financeiros	-77 923		-60 952
Outros ativos	0	-15 218 018	0
			-18 006 253
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	0		0
Ativos intangíveis	0		0
Investimentos financeiros	0		30 010
Outros ativos	0		0
Subsídios ao investimento	1 610 071		879 119
Juros e rendimentos similares	0		0
Dividendos	0	1 610 071	0
			909 129
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-13 607 947		-17 097 124
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	21 678 866		89 073 763
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0
Cobertura de prejuízos	0		0
Doações	0		0
Outras operações de financiamento	0	21 678 866	7 986 152
			97 059 915
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-73 019 718		-52 237 253
Juros e gastos similares	-5 026 694		-7 353 563
Dividendos	0		0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0
Outras operações de financiamento	-8 857 174	-86 903 586	-46 270 003
			-105 860 819
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-65 224 720		-8 800 904
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-38 681 987		8 513 881
Efeito das diferenças de câmbio	0		0
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)	51 649 319		43 135 438
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)	12 967 332		51 649 319



V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31.12.2020

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL - PORTELA & C^a, SA tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede e instalações fabris no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2021.03.25.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, justificadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

As demonstrações financeiras da BIAL - Portela & CA., S.A. são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa-mãe, Bial Holding, S.A., nas quais as sociedades referidas na Nota 29 são também incluídas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

A empresa adotou como custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente, na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Os ganhos resultantes da revalorização efetuada em 1 de janeiro de 2009 encontram-se refletidos em “outras reservas” devido ao facto de se tratar da adoção de um custo (custo considerado) na data de transição para as NCRF.

Subsequentemente, a empresa decidiu manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do mo-

mento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revidos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados durante o período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição e apenas são amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

Os bens de valor inferior a € 1 000 são totalmente amortizados no próprio exercício de aquisição.

Imparidade

A empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a empresa estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos o custo de vender e o seu valor de uso) e reconhece a imparidade nos resultados do exercício sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.
- Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o preço do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de

desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

(b) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do rendimento ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos as amortizações e as perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

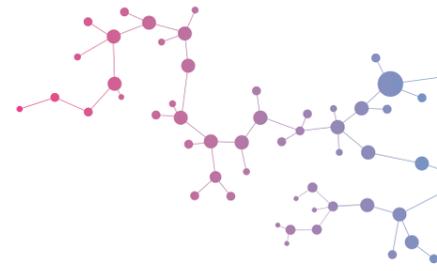
Até 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não foram amortizados, embora testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade. A partir de 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, são amortizados, no máximo, em dez anos e testados anualmente quanto à imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.



As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento	5%
Software-validações	33.33%
Propriedade industrial	5% - 33.33%

Encontram-se classificados como ativos, os projetos de desenvolvimento BIA2 (medicamento antiepilético) e BIA9 (medicamento para a doença de Parkinson). Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Aptiom/Zebinix (despesas de investigação e desenvolvimento, respetivamente, para os EUA e Europa do medicamento antiepilético) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

(b.1) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando BIAL pode demonstrar:

- (a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- (b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.

- (c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- (d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- (e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- (f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de licencing-out é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de licencing-out em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licencing-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

Os gastos com o pessoal afeto aos projetos de desenvolvimento não são capitalizados.

(b.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

(b.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidos os gastos com as patentes registadas em nome de BIAL-Portela & Cª, S.A., relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

(b.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades externas.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas reconhecidas como ativo, com vida indefinida, são amortizadas.

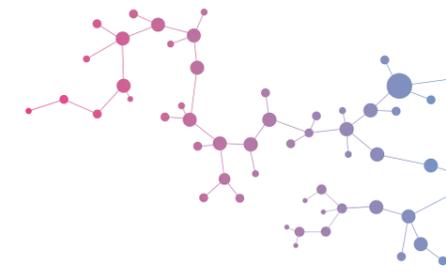
(c) Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

São valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial os investimentos em todas as subsidiárias (definindo-se como tal as entidades nas quais Bial exerce controlo), associadas (definindo-se como tal as entidades nas quais Bial exerça uma influência significativa) e empreendimentos conjuntos (definindo-se como tal as atividades económicas desenvolvidas em parceria com outras empresas, sujeitas a controlo conjunto, mediante um acordo contratual).

(d) Outros Investimentos financeiros

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.



(e) Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos fornecedores que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos em I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável (ver Nota 31).

(f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos pode estar em imparidade, tem em conta dados observáveis que chamam a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um “per si” para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base no risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

(f.1) Acionistas

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p), sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.3) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.4) Caixa e bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de «Financiamentos obtidos» do balanço.

(g) Imposto sobre o rendimento

(g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa-mãe, BIAL Holding, S.A. e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 75% do respetivo capital (onde se inclui BIAL-Portela & Cª, S.A.) e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento, são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 1,5 M, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 7,5 M e de 9% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 35 M.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades



fiscais durante um período que varia entre quatro e seis anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

As diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Com o Orçamento de Estado para 2013 foi alterada a limitação à dedução de prejuízos fiscais para 70% do lucro tributável do período em que se procede à dedução, aplicável a partir de 2014.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Com o Orçamento de Estado de 2014 foi aumentado o período de dedução dos prejuízos fiscais de cinco para doze anos. O novo prazo apenas foi aplicável aos prejuízos fiscais apurados em 2015 e 2016. O prazo para dedução de prejuízos fiscais é novamente de cinco anos a partir do exercício de 2017.

(h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos acabados - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.

Produtos intermédios - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.

Produtos e trabalhos em curso - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.

Matérias-primas - ao custo de aquisição, lote a lote.

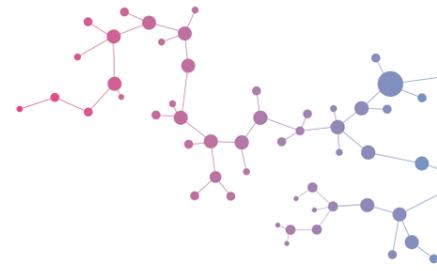
Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos) - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.



(i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

(j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(l) Rubricas do capital próprio

(l.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da Bial-Portela & Cª, S.A. está realizado.

(l.2) Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

(l.3) Outras reservas

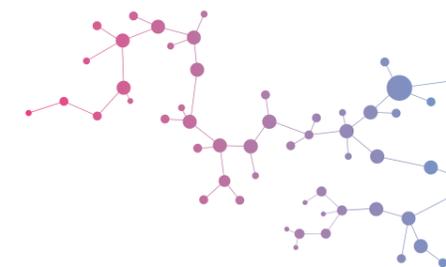
Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais variações de justo valor que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(l.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.



(I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados no capital próprio, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos e ganhos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida:

- No que respeita a subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Em consequência das alterações do SNC o benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é, também, contabilizado em conformidade com a NCRF 27. Tivemos em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo

valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

(n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

(n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados em “outros ativos financeiros” ou “outros passivos financeiros”, consoante o caso e como não correntes ou como correntes, seguindo a mesma forma como o financiamento está apresentado no Balanço.

(n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.



(n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos estão mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão também mensuradas ao custo amortizado.

(n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

(o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2020:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08401	1,07968
GBP	0,89674	0,89316
USD	1,22454	1,21965
JPY	126,642	125,957
SEK	10,0667	10,0266
CAD	1,56236	1,55613

2019:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08792	1,08357
GBP	0,84834	0,84496
USD	1,12464	1,12015
JPY	122,203	121,716
SEK	10,5246	10,4826
CAD	1,45846	1,45263

(p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma, o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável o saldo a receber, é reconhecido como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

(p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

(p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido e a receita recebida não é reem-

bolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“milestones”) que dependem do esforço contínuo da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “milestone” é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o guidance da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

(q) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, é reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se regista na rubrica “outras dívidas a pagar”.

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em “gastos com o pessoal” no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados. Assim, é reconhecido, quando aplicável, nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar após 31 de dezembro, o qual se regista na rubrica “credores por acréscimo de gastos”.

A empresa reconhece um passivo e um gasto por cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado da efetivação de uma oferta com vista a encorajar a saída voluntária.

(r) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

(r1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(r2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

(s) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados, determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição de ativos intangíveis de projetos de desenvolvimento são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes gastos começa após o início das atividades de desenvolvimento do ativo e é interrompida quando os gastos com o projeto são transferidos de ativo em curso para ativo firme.

(t) Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica refere-se à produção interna de medicamentos para uso em ensaios clínicos, sendo capitalizados em ativo intangível por contribuírem para o aumento do montante do projeto de desenvolvimento e são essenciais para testar a eficácia dos novos medicamentos capitalizados. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados, tendo por base a capacidade normal de produção.

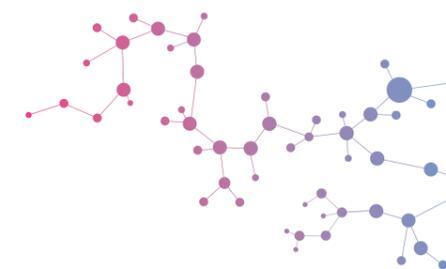
(u) Instrumentos financeiros de cobertura

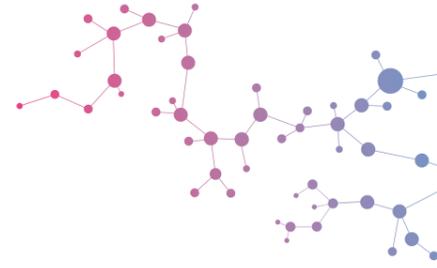
Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, a empresa segue as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não





efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2019 e 2020 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

(y) Ativos e passivos contingentes

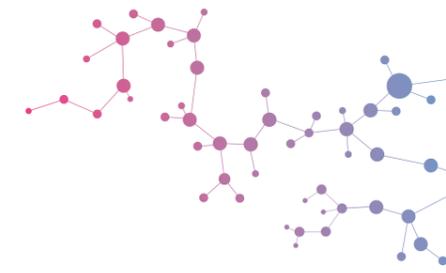
Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.



(z) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licencing-out

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “standalone value” para a contraparte. Esta avaliação requiere um julgamento extensivo, analisando, por exemplo, se tem a contraparte a experiência interna e competências necessárias para desenvolver o produto candidato à comercialização sem os serviços de Bial e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de ori-

ginar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir com os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica (normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento atinge a Fase III de ensaios clínicos) e quando ocorre a existência de contratos de licencing-out, constituindo evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

Ou seja, para além do estágio de desenvolvimento (Fase III) para a tomada de decisão de capitalização dos custos é também fundamental a existência de contratos de licenciamento que tornam prováveis a recuperação do valor inscrito no balanço.

Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da



aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (ONgentys) encontra-se licenciado para o Japão desde 2013, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça iniciou-se em 2020.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que BIAL opera.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido considerada para a sua determinação a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, foi necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, bem como

a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor, menos o custo de vender, é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades em que não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

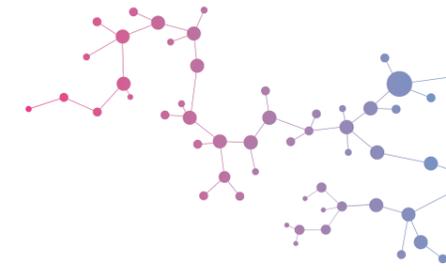
(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1. f).

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.



Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

5. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2020	2019
Numerário	42 082	42 353
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	12 915 195	39 496 910
Depósitos a prazo	10 055	12 110 055
Disponibilidades constantes do balanço	12 967 332	51 649 319
Depósitos à ordem - descobertos bancários (nota 13)	-	-
Caixa e seus equivalentes	12 967 332	51 649 319

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M.

Ao longo de 2020 foi concretizada uma significativa redução da dívida (€ 66 M, excluindo intragrupo), que foi conseguida pela utilização do cash flow gerado em 2020 e pela redução do excesso de disponibilidades.

6. Imposto sobre lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2017 a 2020, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

São reconhecidos impostos diferidos, cujo apuramento se resume a seguir:

Diferença Temporária	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Dr/(Cr)				
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Reavaliação livre de terrenos	(6 566 540)		(1 477 472)	(1 477 472)
Créditos fiscais (a)	51 614 855	51 614 855		51 614 855
Instrumentos financeiros	545 529	122 745		122 745
Ajustamentos e provisões (b)	20 477 414	4 607 418		4 607 418
		56 345 017	(1 477 472)	54 867 545
Movimento do ano, líquido				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões (b)	(2 275 267)	(511 935)		(511 935)
Créditos fiscais (a)	(1 558 972)	(1 558 972)		(1 558 972)
Subtotal (1)		(2 070 907)		(2 070 907)
Sem impacto na DR				
Reavaliação livre de terrenos	0		0	0
Instrumentos financeiros	(80 829)	(18 187)		(18 187)
Créditos fiscais (a)	1 851 162	1 851 162		1 851 162
Subtotal (2)		1 832 975	0	1 832 975
Total (1)+(2)		(237 932)	0	(237 932)
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Reavaliação livre de terrenos	(6 566 540)		(1 477 472)	(1 477 472)
Créditos fiscais (a)	51 907 045	51 907 045		51 907 045
Instrumentos financeiros	464 700	104 558		104 558
Ajustamentos e provisões (b)	18 202 147	4 095 483		4 095 483
TOTAL		56 107 085	(1 477 472)	54 629 614

- a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2020 e registou-se a utilização do crédito fiscal no exercício.
- b) Imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética (nota 7).

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	29 798 574
Diferenças permanentes	4 499 931
Diferenças temporárias	-2 292 394
Resultado tributável/ Matéria Coletável	32 006 110
Taxa de imposto	21%
Coleta	6 721 283
Derrama estadual	1 405 306
Coleta total	8 126 589
Utilização de crédito fiscal	-8 126 589
Tributações autónomas e derrama	729 902
(I) Imposto corrente	729 902
Imposto diferido:	
Movimento no período	2 070 907
(II) Imposto diferido	2 070 907
Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	2 800 809

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais existentes (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	8.057	2022
SIFIDE	2015	8.558	2023
SIFIDE	2016	7.958	2024
SIFIDE	2017	7.362	2025
SIFIDE	2018	9.804	2026
SIFIDE	2019	7.011	2027
SIFIDE (*)	2020	6.887	2028
TOTAL		55 635	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2020, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 55,6 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais de € 55,6 M. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 51,9 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais.

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos)

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

(a) Ativo bruto

RÚBRICAS	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508	809 699	2 950 000	12 406 207
Edifícios e outras construções	22 442 354	401 495	963 837	23 807 686
Equipamento básico	29 676 808	1 489 929	1 102 732	32 269 469
Equipamento de transporte	597 337	0	-215 162	382 175
Equipamento administrativo	10 230 319	640 935	-2 724	10 868 530
Outros ativos fixos tangíveis	1 594 370	64 985	-7 996	1 651 359
Imobilizações em curso	356 996	887 853	-352 393	892 456
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3 518 674	1 581 330	-5 025 354	74 650
	77 063 368	5 876 226	-587 060	82 352 534
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	344 239 850	2 544 756	-138 661	346 645 945
Propriedade industrial	33 187 841	2 395 407	-76 609	35 506 638
Outros ativos intangíveis	496 509		0	496 509
Ativos intangíveis em curso	531 440	162 289	76 609	770 339
	378 455 640	5 102 452	-138 661	383 419 431
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	136 126		-65 667	70 459
Empréstimos a empresas do grupo	0			0
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	300 818	77 923		378 742
	551 764	77 923	-65 667	564 020
TOTAIS	456 070 772	11 056 601	-791 388	466 335 985

Os aumentos no ativo intangível incluem investimento de cerca de € 2,1 M no medicamento para a doença de Parkinson.

O aumento em “Outras Aplicações Financeiras” refere-se a verbas despendidas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

RUBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508			8 646 508
Edifícios e outras construções	22 047 166	399 571	-4 382	22 442 354
Equipamento básico	25 620 644	2 104 662	1 951 502	29 676 808
Equipamento de transporte	597 337			597 337
Equipamento administrativo	9 497 074	641 134	92 111	10 230 319
Outros ativos fixos tangíveis	1 506 045	91 999	-3 674	1 594 370
Imobilizações em curso	1 562 248	200 120	-1 405 373	356 996
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2 290 000	1 989 547	-760 873	3 518 674
	71 767 023	5 427 033	-130 688	77 063 368
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	338 568 839	5 671 011		344 239 850
Propriedade industrial	31 308 097	1 729 744	150 000	33 187 841
Outros ativos intangíveis	496 509			496 509
Ativos intangíveis em curso	285 185	396 255	-150 000	531 440
	370 658 630	7 797 010	0	378 455 640
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	163 234		-27 108	136 126
Empréstimos a empresas do grupo	0			0
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	269 876	30 942		300 818
	547 929	30 942	-27 108	551 764
TOTAIS	442 973 583	13 254 986	-157 796	456 070 772

(b) Amortizações

RÚBRICAS	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	15 128 999	949 521		16 078 520
Equipamento básico	20 475 052	1 904 241	-167 201	22 212 092
Equipamento de transporte	465 050	73 482	-215 162	323 371
Equipamento administrativo	8 940 888	599 169	-21 700	9 518 356
Outros ativos fixos tangíveis	1 366 255	60 608	-7 548	1 419 315
	46 376 244	3 587 021	-411 611	49 551 654
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	120 352 675	20 810 279		141 162 954
Propriedade industrial	23 722 410	3 703 213		27 425 622
Outros ativos intangíveis	496 509			496 509
	144 571 593	24 513 491	0	169 085 085
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0			0
Partes de capital em outras empresas	0			0
Outras aplicações financeiras	0			0
	0	0	0	0
TOTAIS	190 947 838	28 100 512	-411 611	218 636 739

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepiléptica adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5 379 359, € 7 266 922 e € 2 105 085, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 739 887), cuja comercialização se iniciou em 2016.

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 9 281 750 e € 8 920 394, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

RUBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	14 225 076	907 648	-3 725	15 128 999
Equipamento básico	19 044 902	1 539 522	-109 371	20 475 052
Equipamento de transporte	391 568	73 482	0	465 050
Equipamento administrativo	8 386 748	567 401	-13 261	8 940 888
Outros ativos fixos tangíveis	1 334 403	35 526	-3 674	1 366 255
	43 382 697	3 123 579	-130 031	46 376 244
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	99 699 618	20 653 057	0	120 352 675
Propriedade industrial	20 568 878	3 153 532	0	23 722 410
Outros ativos intangíveis	496 509	-	0	496 509
	120 765 005	23 806 588	0	144 571 593
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	164 147 702	26 930 168	-130 031	190 947 838

(c) Imparidades em ativos intangíveis

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	AJUSTAMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	20 477 413	0		2 275 268	18 202 144
Propriedade industrial	57 274	0		17 127	40 147
TOTAL	20 534 687	0		2 292 394	18 242 292

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente independentemente de haver ou não indicação de que estes ativos possam estar em imparidade.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa durante o período no qual os medicamentos estão protegidos pela patente (geralmente até 2028, com redução significativa após 2021, data a partir da qual a patente expira) aprovados pela Administra-

ção, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

Em sequência do teste de imparidade efetuado, conclui-se que existe uma margem de segurança elevada face a variações não estimadas, quer das receitas, quer da taxa de desconto, que permite a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

(d) Participações financeiras

As Participações financeiras encontram-se assim distribuídas:

Sociedade	Sede	Participação	Capital Próprio	Resultado em 2020	Valor de Balanço 2019	Valor de Balanço 2020
Medimport	Moçambique	7,5%	MZM -48 574 396	MZM -84 268 547	158 303	158 303
Bial Angola	Angola	33%	AKZ -167 404 557	AKZ -127 978 017	-22 177	-69 902
TOTAL					136 126	88 401

Os movimentos no valor dos investimentos financeiros em empresas do grupo foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2020	136 126
Aplicação do método da equivalência patrimonial - perda Bial-Angola	-3 167
Imparidade Bial-Angola	-44 558
Sub-total	88 401

(e) Outra informação

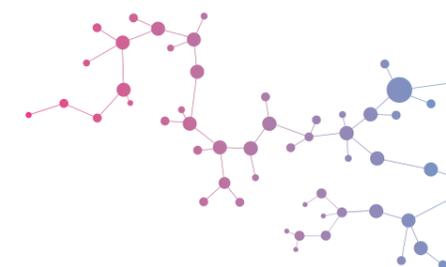
Os ativos fixos tangíveis estão totalmente afetos à produção, comercialização e promoção de especialidades farmacêuticas, atividade a que a empresa se dedica.

O valor de ativos tangíveis em poder de terceiros é nulo e não há ativos tangíveis localizados no estrangeiro.

8. Imparidades (ativos correntes)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Existências:					
Matérias-primas	69.409	331 357	-	-	400 766
Mercadorias	41 334		-	15 377	25 957
Produtos e trabalhos em curso	8 204	-		2 338	5 866
Produtos acabados e inter-médios	45 592		-	19 946	25 646
Subtotal	164 540	331 357	-	37 662	458 235
Dívidas de Terceiros:					
Clientes c/c	139 514	332 486	-	-	472 000
Outros créditos a receber	134 108	4 561 766	-	100 000	4 595 874
Subtotal	273 622	4 894 252	0	100 000	5 067 874
TOTAL	438 162	5 225 609	0	137 662	5 526 109

Constituição de imparidade de € 4,6 M relativa a adiantamento matéria prima Bia 5 para comercialização, dado que este último projeto de investigação ainda não se encontra a ser capitalizado.



9. Outros créditos a receber

	2020	2019
Empresas do grupo (nota 29)	626 874	646 570
EISAI	487 693	498 352
Whanin Pharm	0	400 000
Adiantamentos a fornecedores	16 805 961	15 137 362
Syneos Health UK	379 215	0
Parexel International	327 025	0
Outros	261 247	430 686
Curto prazo sem imparidade	18 888 015	17 112 970

Está constituída uma imparidade de € 4 595 874 (2019: € 134 108). A imparidade é, essencialmente, relativa a adiantamento matéria prima Bia 5 para comercialização, dado que este ultimo projeto de investigação ainda não se encontra a ser capitalizado.

10. Clientes

	2020	2019
Médio e longo prazo:		
BIAL SA	1 800 000	0
BIAL Espanha	0	5 000 000
BIAL Itália	9 000 000	11 000 000
	10 800 000	16 000 000
Curto prazo:		
Clientes armazenistas	5 337 822	4 409 802
Clientes laboratórios	2 832 196	3 272 510
Clientes estrangeiros	13 695 427	15 843 179
Clientes hospitalares, clínicas e outros	132 153	172 279
BIAL Espanha	6 451 065	7 929 605
BIAL UK	72 952	88 832
BIAL SA	89 429	23 790
BIAL Itália	8 536 908	5 304 495
Novipharma	2 707 697	2 490 775
Medimport	6 083 218	5 399 651
BIAL Deutschland	162 887	
Medibial	52 251	
Bial Holding	0	955
	46 154 003	44 935 873
Total sem imparida	56 954 003	60 935 873



Encontra-se registado o valor a receber referente ao licenciamento do ON-gentys para os mercados espanhol, suíço e italiano, licenciamento válido pelo prazo de 20 anos, com os seguintes planos de pagamento (em € M):

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
BIAL Espanha	5						
BIAL SA				0,3	0,3	0,6	0,3
BIAL Itália	2	4	5				
TOTAL	7	4	5	0,3	0,3	0,6	0,3

Está constituída uma imparidade de € 472 000 relativamente a clientes (2019: € 139 514).

A antiguidade de dívida da Medimport a BIAL-Portela & C^a, S.A. é a seguinte:

Ano	Não vencido	< 6 meses	6 meses até 12 meses	1 ano até 2 anos	>2 anos	TOTAL
2020	729 253	2 298 707	821 772	2 983	2 230 503	6 083 218
2019	1 084 773	1 522 489	561 885	1 058 188	1 172 316	5 399 651

11. Estado e outros entes públicos

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC		724 039	-	640 064
IRS		713 934	-	621 935
IVA	1 341 151		925 220	-
Segurança Social		662 015	-	677 362
Infarmed		22 778	-	22 423
Outros		25 332	-	278 492
TOTAL	1 341 151	2 148 098	925 220	2 240 277

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

12. Diferimentos e acréscimos

(a) Ativos

	2020	2019
Curto prazo:		
Outros ativos	16 105 998	13 312 536
Gastos a reconhecer	2 365 869	2 022 499
TOTAL	18 471 867	15 335 035

O saldo de outros ativos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento - € 14 901 415 (2019: 12 369 723).

(b) Passivos

Outros Passivos	2020	2019
Remunerações a liquidar	4 265 270	3 878 792
Juros a liquidar	627 356	729 874
Outros acréscimos de gastos	2 581 221	588 414
TOTAL	7 473 847	5 197 080

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde a um conjunto de documentos datados de 2021 mas relativos a gastos ocorridos em 2020.

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados € 7 873 909 (2019: € 10 052 736), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020.

13. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2020	Curto Prazo 2020	TOTAL 2020	TOTAL 2019
Descoberto bancário	-	-	-	-
Financiamentos bancários	67 437 500	33 968 788	101 406 288	157 164 027
Empréstimos empresas do Grupo	21 500 000	-	21 500 000	15 000 000
Empréstimo obrigacionista	63 500 000	8 000 000	71 500 000	80 000 000
Subsídios reembolsáveis	1 619 599	384 912	2 004 511	3 884 906
Contas correntes caucionadas	-	-	-	-
TOTAL	154 057 099	42 353 700	196 410 799	256 048 933

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M.

Não foram contratados empréstimos em 2020, destacando-se a significativa redução da dívida em € 60 M (€ 66 M, excluindo empresas intragrupo).

As principais garantias e condições dos contratos com os bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 33.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- 2017: € 5 000 000, com maturidade em 2021, tendo sido tomado por uma instituição bancária.
- 2018: € 60 000 000, com maturidade em 2023, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de € 102,15, encontrando-se acima do par (€ 100).
- 2018: € 6 500 000, com maturidade em 2022, tendo sido tomado por uma instituição bancária.

A maturidade dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo é a seguinte:

	Financiamentos Bancários	Banco Europeu de Investimentos	Empréstimos empresas do Grupo	Empréstimo obrigacionista	Subsídios reembolsáveis	TOTAL
2021	30 635 455	3 333 333	0	8 000 000	384 912	42 353 700
2022	25 312 500	3 333 333	0	3 500 000	463 409	32 609 242
2023	20 125 000	3 333 333	7 166 667	60 000 000	476 186	91 101 186
2024-2027	2 000 000	13 333 333	14 333 333	0	680 004	30 346 670
TOTAL	78 072 955	23 333 333	21 500 000	71 500 000	2 004 511	196 410 799

14. Fornecedores

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

A composição da rubrica de Fornecedores de Investimento é a seguinte:

Bem	Valor do Contrato	Início	Fim	Valor residual	Valor em dívida em 31.12.2020		
					Curto-Prazo	Médio-Longo Prazo	Total
Viatura ligeira	176 140	2017	2021	8.801	24 523	0	24 523
Viatura ligeira	117 790	2018	2022	1.901	28 176	1 909	30 085
					52 699	1 909	54 608
TOTAL da rubrica de fornecedores de investimentos					2 538 484	1 909	2 540 393

15. Outras dívidas a pagar

	2020	2019
Médio e longo prazo:		
Subsídios - imposto diferido a pagar	7 549 402	8 074 918
Curto prazo:		
Empresas do grupo (nota 29)	-	-
Outros	345 380	533 501
	345 380	533 501
TOTAL	7 894 781	8 608 419

A partir de 2013, são registados em “Outras Dívidas a Pagar”, os impostos diferidos passivos, calculados sobre subsídios não reembolsáveis, de acordo com FAQ da CNC.

16. Capital Subscrito

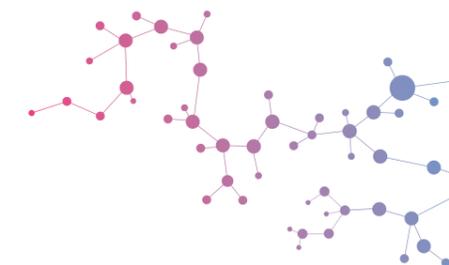
O capital subscrito de BIAL - Portela & Cª, SA está representado por 10 000 000 ações ao portador de valor nominal de 5 euros, estando integralmente realizado.

Em 2012, o capital subscrito foi aumentado de € 43 500 000 para € 50 000 000 por escritura pública realizada em 8 de janeiro de 2012.

À data de 31.12.2020, a BIAL Holding, S.A. detém 100% do Capital.

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 26 997 765,00 seja afeto a:

- Reservas Legais: € 1 349 888,25
- Resultados Transitados e outras reservas: € 25 647 876,75



17. Vendas e serviços prestados

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços distribui-se como segue:

	2020	2019
Mercado interno	74 308 346	71 112 005
- Vendas	63 317 386	63 509 149
- Prestação de serviços	10 990 960	7 602 856
Mercado externo	167 201 224	134 050 135
- Vendas	130 329 584	103 443 239
- Prestação de serviços	36 871 640	30 606 896
TOTAL	241 509 570	205 162 140

Em 2020 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (€ 7,7 M) e para os EUA (20 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para a Suíça (€ 1,8M) e para Taiwan (€ 0,1 M). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2019 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (€ 11,6 M) e para os EUA (10 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para a Coreia do Sul (€ 1,5 M) e para Taiwan (€ 0,3 M). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2020, as vendas para o mercado externo incluem € 3,8 M de princípios ativos (2019: € 1,6 M).

18. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2019/12/20 e comparticipa despesas realizadas no período de 2018-2021.

19. Demonstração da variação da produção

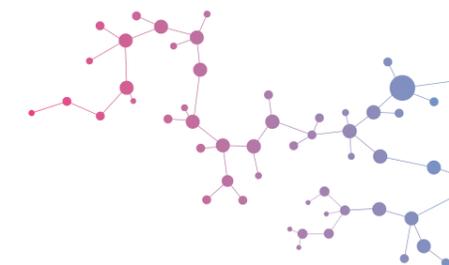
MOVIMENTOS	PROD. ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL	2019
Existências finais	6 564 357	3 921 837	10 486 194	6 707 808
Regularização de existências	-1 501 156	-1 013 897	-2 515 053	585 870
Existências iniciais	-4 483 692	-2 224 116	-6 707 808	-10 874 919
Aumento/(Redução) no ano	579 509	683 823	1 263 333	-3 581 241

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2019
Existências iniciais	26 201 410	3 548 125	29 749 535	31 195 242
Compras	58 665 288	30 965 160	89 630 448	51 903 933
Regularização existências	-1 125 690	-111 667	-1 237 346	-812 783
Existências finais	-50 974 291	-9 377 169	-60 351 460	-29 749 535
Custos no exercício	32 766 728	25 024 449	57 791 176	52 536 858

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2020, é de € 22 510 562 (2019: € 13 915 433).



**21. Fornecimentos e serviços externos**

	2020	2019
Trabalhos especializados	53 371 563	51 795 223
Publicidade e propaganda	11 903 463	13 337 773
Honorários	13 269 188	11 280 255
Rendas e alugueres (ver nota 30)	2 197 653	2 130 930
Subcontratos	2 203 009	86 913
Deslocações e estadas	984 087	2 398 574
Materiais	971 412	1 004 697
Comissões	1 427 672	1 417 756
Conservação e reparação	943 579	961 272
Combustíveis	637 726	975 287
Transportes de mercadorias	766 408	670 667
Eletricidade	520 931	610 876
Seguros	312 444	418 663
Royalties	161 613	139 363
Comunicação	127 421	173 496
Outros	1 114 400	917 688
TOTAL	90 912 569	88 319 432

Fruto da pandemia Covid 19, houve uma redução significativa dos custos de deslocações e estadas, combustíveis, bem como atividades de promoção (publicidade e propaganda).

22. Gastos com o pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	3 050 764	2 982 321
Remunerações do pessoal	22 375 887	20 060 516
Encargos sociais	5 746 505	5 186 029
Outros gastos com pessoal	1 499 344	1 970 865
TOTAL	32 672 501	30 199 721

O número médio de empregados em 2020 foi de 425 (2019: 415). Em 31.12.2020 o número de empregados era de 438 (2019: 426).

Em 31.12.2020 o valor das dívidas a receber do pessoal é de € 158 (2019: € 2 634).

23. Outros rendimentos

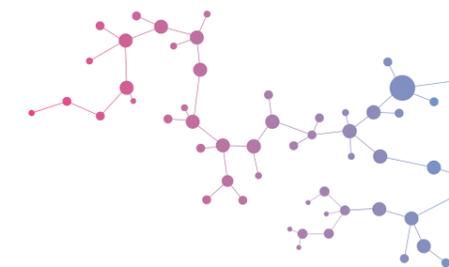
	2020	2019
Rendimentos suplementares	8 524 161	8 037 930
Descontos p.p. obtidos	6 945	10 858
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	74 124	596
Diferenças de câmbio favoráveis	806 097	1 166 968
Imputação de subsídios para investimentos	3 597 063	3 423 420
Outros	158 140	479 316
TOTAL	13 166 530	13 119 088

Os Rendimentos suplementares incluem € 815 784 e € 203 271 de gastos com aluguer de viaturas e combustível redebitados, respetivamente, às restantes empresas nacionais do Grupo BIAL, dado que são os colaboradores destas a usufruírem do seu uso.

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

24. Outros gastos

	2020	2019
Impostos	3 625 232	2 270 355
Donativos	3 048 672	2 099 900
Multas e penalidades	1 288	1 553 841
Despesas de propriedade industrial	1 102 179	1 239 038
Diferenças cambiais	3 189 785	1 323 593
Gastos com desenvolvimento de mat. prima	711 804	1 113 083
Perdas em inventários	249 661	892 234
Descontos de p.p. concedidos	282 976	276 850
Correções relativas a exercícios anteriores	277 837	244 644
Ofertas e amostras de inventários	287 148	208 738
Quotizações	198 762	188 259
Insuficiência de estimativa para imposto	1 033	43 941
Gastos e perdas investimentos não financeiros	158 796	657
Outros	19 055	258 364
TOTAL	13 154 228	11 713 496



As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Empresa celebrou contratos para garantia de produção da matéria prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Estes acordos justificam o montante registado em “Gastos com desenvolvimento de mat. prima”.

Destaque do reforço de Donativos, onde para além dos € 2,5 M de donativo à Fundação Bial para apoio à ciência e projetos de Investigação, foi também aprovado fundo de € 0,5 M para apoio a instituições mais afetadas com a pandemia Covid 19.

As perdas cambiais desfavoráveis, são essencialmente não realizadas (associadas à desvalorização USD). No segundo semestre foi decidido efetuar cobertura natural, nomeadamente em USD, havendo um montante significativo de disponibilidades expressas nesta moeda e que serão utilizadas em atividades de I&D do novo projeto nos Estados Unidos.

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões

	2020	2019
Imparidade para inventários (nota 8)	-331 357	-62 965
Imparidade para clientes (nota 8)	-332 486	-10 159
Imparidade para outros devedores (nota 8)	-4 561 766	-100 000
Perdas por imparidade	-5 225 609	-173 124
(Imparidade) / Reversão para BIA2 (nota 7)	2 275 268	2 275 268
(Imparidade) / Reversão da imparidade para patentes (nota 7)	17 127	37 716
Ativos depreciáveis/amortizáveis	2 292 394	2 312 984
Reversão da imparidade para clientes (nota 8)	100 000	0
Reversão da imparidade para outros devedores (nota 8)	0	0
Reversão da imparidade para inventários (nota 8)	37 662	105 754
Reversão da provisão para devolução de clientes	50 369	15 559
Reversões	188 031	121 313
Provisão para devolução de clientes	0	0
Provisões	0	0

O total da provisão para devolução de clientes, registada no balanço, à data de 31/12/2020, ascende a € 286 344 (2019: € 336 713).

26. Juros e rendimentos/gastos similares

	2020	2019
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	4 743 332	5 938 778
Juros empresas do Grupo (Nota 29)	238 694	112 500
Outros custos e perdas financeiros	132 883	2 031 785
	5 114 909	8 083 063
Resultados financeiros	(5 101 801)	(7 895 984)
	13 108	187 080
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	13 108	187 080
Outros rendimentos similares	0	0
	13 108	187 080

Redução dos custos financeiros em € 1,8 M, motivada pela redução da dívida em cerca de € 60 M, redução do custo da dívida “all in” e revisão do contrato de factoring.

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	8.056.567
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8.557.599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7.957.819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7.361.819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9.803.900
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	7.011.093
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	6.886.676
Saldo a Transitar	55.635.474

Nota: Os créditos fiscais de 2019 e 2020 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento

	2020	2019
Projetos de I&D (ativo intangível)	2 406 095	5 536 927
Ativo tangível	1 220 059	1 573 937
Gastos com pessoal	11 816 984	10 406 780
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	28 283 237	26 490 675
Outros Gastos	711 804	1 113 083
Investimento total	44 438 179	45 121 402

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes investimentos, gastos e ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2020	2019
Amortizações	21 927 890	21 524 013
Imparidade / (Reversão) - BIA2	-2 292 394	-2 275 268
Prestação de serviços (milestones)	-27 969 783	-20 608 774
Total	-8 334 287	-1 360 030

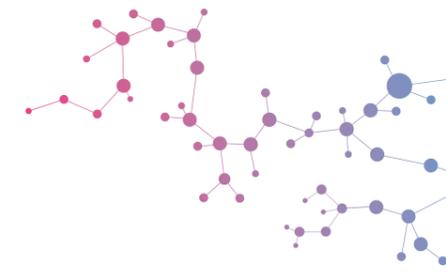
Apesar do impacto da pandemia resultante da Covid-19, nos países em que Bial tem ensaios clínicos a decorrer, a empresa manteve o nível de investimento em I&D, embora tenha sofrido atrasos na realização de alguns projetos, pelo que o investimento foi menor do que o previsto.

29. Saldos e transações com empresas do grupo

DESCRIÇÃO	SALDOS DE BALANÇO							
	Clientes		Fornecedores		Outros créditos a receber e outros ativos		Empréstimos obtidos	
EMPRESA	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
MediBIAL	52 251	-	-	280 966	-	-	-	-
BIALport	-	-	229 164	493 587	-	-	-	-
InterBIAL	-	-	49 230	187 208	-	-	-	-
BIAL Consumer Health	-	-	18 273	106 897	-	-	-	-
BIAL Holding	-	955	1 905 023,52	-	-	-	21 500 000	15 000 000
BIAI RD	-	-	-	-	338	-	-	-
BIAL Espanha (nota 10)	6 451 065	12 929 605	-	-	-	-	-	-
Novipharma	2 707 697	2 490 775	560 406	-	-	-	-	-
BIAL Itália	17 536 908	16 304 495	110 376	-	-	-	-	-
BIAL UK	72 952	88 832	351 247	-	-	-	-	-
BIAL DE	162 887	-	247 362	-	-	-	-	-
Bial SA	1 889 429	23 790	-	-	-	-	-	-
BIAL Angola	-	-	-	-	469 402	574 194	-	-
BIAL América Latina	-	-	-	-	25 924	72 376	-	-
Medimport	6 083 218	5 399 650	19 298	-	-	-	-	-
Total saldos do grupo	34 956 406	37 238 101	1 585 356	1 068 658	495 664	646 570	21 500 000	15 000 000
Total da Rubrica	56 482 003	60 796 360	40 006 517	25 848 497	18 853 907	17 112 970	124 910 800	176 048 933

Parte do saldo de clientes é de médio longo prazo (nota 10).

O empréstimo da Bial Holding, S.A. é remunerado a taxa de mercado.



TRANSAÇÕES - RENDIMENTOS

RUBRICAS	Vendas		Serviços prestados		Outros rendimentos e ganhos		Juros e outros rendimentos similares	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
EMPRESA								
Bial Holding		-	-	-		7 614	-	-
MediBIAL						322 706	-	-
BIALport						404 720	-	-
InterBIAL						284 774	-	-
BIAL OTC						102 706	-	-
BIAL Itália	5 045 906	3 564 068			1 176 429	1 158 767	-	-
BIAL Espanha	9 447 727	9 815 315			3 066 843	2 779 344	-	-
Novipharma	4 121 683	1 550 396	15 810 743	19 732 276	67 187	75 752	-	-
Bial SA (Suíça)	249 954		1 800 000		89 429	23 790	-	-
BIAL UK					284 639	275 107	-	-
BIAL DE					390 670	276 609	-	-
BIAL Angola						-	-	-
BIAL América Lat.						-	-	-
Medimport	4 110 306	3 050 117				425	-	-
Total Emp. Grupo	22 975 576	17 979 896	17 610 743	19 732 276	5 075 198	5 712 314	0	0
Total da Rubrica	193 646 970	166 952 388	47 862 600	37 909 753	13 166 530	10 237 173	13 108	187 080

RUBRICAS	Fornecimentos e serviços externos		Compras		Juros empresas Grupo		Outros gastos e perdas	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
EMPRESA								
MediBIAL	1 180 994	2 270 452		-	-	-		
BIALport	4 211 615	2 811 457		-	-	-		
InterBIAL	2 189 555	2 015 410		-	-	-		
BIAL OTC	702 422	807 698		-	-	-		
BIAL Holding	325 000	480 000		-	238 694	112 500		
BIAL Espanha		11 273		20 350			6 923	21 029
BIAL Itália	671 427	1 235 984		-				-
Novipharma	60 000	72 029	2 364 501	2 696 016				-
BIAL DE	7 253 962	7 229 574		-				-
BIAL UK	3 950 698	4 122 247		-				-
Medimport	19 298	15 000		-				-
BIAL Angola	1 187 117	1 557 955		-				-
BIAL América Lat.	617 390	304 109		-				-
Total Emp. Grupo		22 933 188	2 364 501	2 716 366	238 694	112 500	6 923	21 029
Total da Rubrica	92 040 874	88 059 019	89 630 448	51 903 933	238 694	112 500	13 166 530	11 713 496

30. Locações

a) Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 14.

b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

O valor registado em custos do ano relativo a locações operacionais foi de € 2 051 933 (2019: €1 959 333).

31. Risco Financeiro

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuarem em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

• Risco de taxa de Juro

A empresa acompanha a evolução das taxas de juro de mercado, efetuando coberturas através de contratação de taxa de juro fixa, sempre que oportuno, com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variação de taxas de juro.

• Risco de câmbio

A empresa está exposta ao risco de câmbio, na medida em que parte das suas receitas são realizadas em moeda estrangeira, nomeadamente USD.

Em 2020, para além da utilização da cobertura natural recebimentos/pagamentos, iniciou-se também a realização de contratos forward, para os valores excedentários.



Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, mas sem expressão relevante, tal como a seguir indicado:

Fornecedores de investimento:

Moeda	Montante
AUD	19 848
USD	1 588 645
GBP	88 625

Fornecedores:

Moeda	Montante
AUD	20 337
CAD	70 806
CHF	3 401 383
GBP	2 252 931
JPY	47 625 500
SEK	70 000
USD	2 620 063

Outros créditos a receber:

Moeda	Montante
GBP	5 212 602
CHF	9 239 230

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação recolhida internamente (área comercial) e externamente, na qual se define a aprovação do crédito a conceder.

A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos.

A empresa tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e tem também políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso os clientes.

É feita uma avaliação de risco dos clientes, nomeadamente recorrendo a ratings de crédito e sempre que exista um risco moderado ou alto é efetuada a contratação de seguro de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos. Num eventual contexto de crise financeira, com maior restrição de acesso ao crédito, e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, Bial pode ficar exposto a este risco.

Outros riscos operacionais

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e comparticipações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a metodologia de determinação de preços de venda ao público, com base na definição de países de referência.

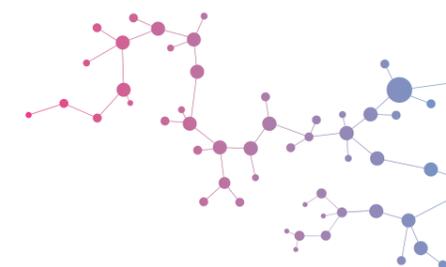
Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

32. Qualidade e Ambiente

Bial - Portela & Cª, S.A. encontra-se certificada pelas normas ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008 (Sistema de



Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

- Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;
- Consolidar a política de Qualidade Total, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;
- Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com as GMP;
- Garantir a correta monitoração de processos e indicadores utilizados na avaliação de desempenho, definindo ações e mudanças estruturais para garantir que os objetivos planejados sejam alcançados;
- Fortalecer a gestão por objetivos para envolver todos os colaboradores na maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;
- Manter as certificações e autorizações existentes e aumentar o nível de implementação das GxP, trabalhando para alcançar o nível de Excelência.

De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 28 787 (2019: € 32 121). A Valormed é a entidade responsável pela recolha de medicamentos e embalagens junto das Farmácias.

Os custos com encaminhamento de resíduos ascenderam a € 54 824 (2019: € 32 525).

A Qualidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

33. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas por BIAL - Portela & Cª, SA à data de 2020.12.31:

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	9 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	9 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	8 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6 666 667
BANCO NACIONAL COMERCIO TIMOR LEST	Fornecimento de Medicamentos	706
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14 964
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9 199
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10 273
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9 355
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75 001
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30027	201 237
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130 402
IGIF	Fornecimentos	3314.98
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	4563.63
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	39 885
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	6 453
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	726.28
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1 363
C. M. MAIA	Caução de obras públicas	14 964
Serviço Autónomo Medicamento Saúde	Fornecimento de Medicamentos	878
Serviço Autónomo Medicamento Saúde	Fornecimento de Medicamentos	1 648
Emprofac	Fornecimento de medicamentos	9 199

34. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

35. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2021.03.25

O DIRETOR FINANCEIRO E CC

SANDRA COSTA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUÍS PORTELA | **Presidente**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

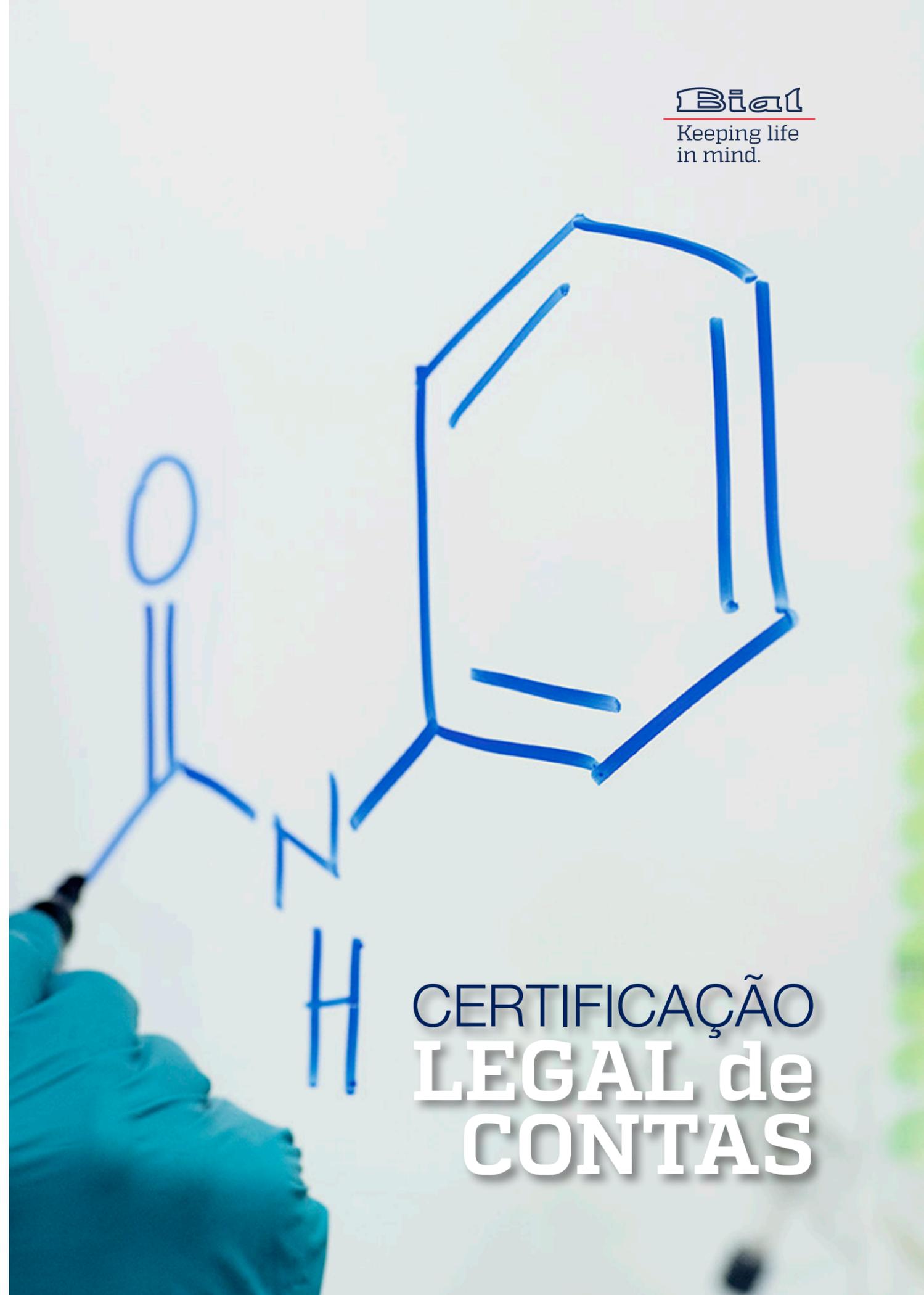
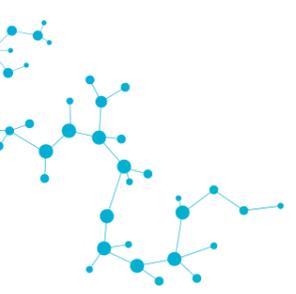
ISABEL MORGADO | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

SOARES da SILVA | **Vogal**

JOSÉ BASTOS | **Vogal**



CERTIFICAÇÃO
LEGAL de
CONTAS



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Bial - Portela & Cª, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 459.515.894 euros e um total de capital próprio de 193.399.625 euros, incluindo um resultado líquido de 26.997.765 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Bial - Portela & Cª, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Portela & Cª, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2020

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 30 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal de Bial – Portela & C^a, S.A., vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2020, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativas àquele exercício e apresentadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante os contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Nessas oportunidades, o Conselho Fiscal teve a oportunidade de constatar o profissionalismo, dedicação e forte empenho do Conselho de Administração e colaboradores de Bial – Portela & C^a, S.A.

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da sociedade de Revisores Oficiais de Contas (*Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.*), tendo, deste modo, recolhido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização. É de salientar o profissionalismo e cuidado posto no exercício da sua função por parte dos representantes da referida sociedade.

O Conselho Fiscal examinou a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de Bial – Portela & C^a, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020, que evidencia um total de 459.516 milhares de euros e um capital próprio de 193.400 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 26.998 milhares de euros, a Demonstração dos

Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeite os preceitos legais aplicáveis.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de Parecer:

- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentados, referentes ao exercício de 2020;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido;
- Que seja aprovado um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios de Bial – Portela & C^a, S.A.

Trofa, 31 de março de 2021

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Júlio Manuel Santos Martins

Luís Miguel Rodrigues Miranda da Rocha

Bial
Keeping life
in mind.